



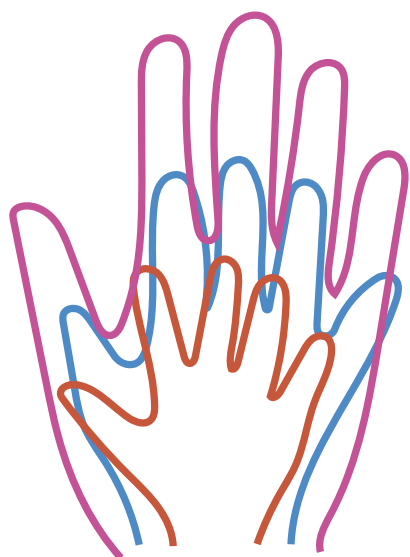
Direitos de crianças e adolescentes

DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO
DE BELO HORIZONTE

Relatório síntese

Universidade Federal de Minas Gerais – Abril / 2024





Direitos de crianças e adolescentes

DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO
DE BELO HORIZONTE

Relatório síntese

REALIZAÇÃO:

UF **m** G

IEAT
UFMG

REDE
Transdisciplinar de Pesquisa com Crianças,
Adolescentes e Jovens da UFMG



Polos
DE CIDADANIA

crisp

JANELA
DA ESCUTA

nepei
núcleo de estudos e
pesquisas em infância e
educação infantil

FINANCIAMENTO:


CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente/BH

FMDCA
Fundo Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente/BH

Biblioteca Professor Antônio Luiz Paixão - FAFICH
TEL. 3409-6318

Ficha catalográfica

D598

Direitos de crianças e adolescentes [recurso eletrônico] : diagnóstico do
Município de Belo Horizonte : relatório síntese / organização, Maria
Fernanda Salcedo Repolês. - Belo Horizonte : IEAT/UFMG, 2024.

1 recurso online (71 p. : il.) : pdf (Rede Transdisciplinar de Pesquisa
com Crianças, Adolescentes e Jovens)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-983686-1-6

1. Infância. 2. Adolescência. 3. Menores. 4. Políticas públicas.
I. Repolês, Maria Fernanda Salcedo. II. Série.

CDD: 305.23

CDU: 314.053.6

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza – Bibliotecária - CRB-6/1390

Relatório Síntese

Polos de Cidadania – UFMG

FICHA TÉCNICA DA PUBLICAÇÃO:

Organização

Maria Fernanda Salcedo Repolês

Revisão crítica

André Luiz Freitas Dias

Cristiane de Freitas Cunha Grillo

Egidia Maria de Almeida Aiexe

Fernanda de Lazzari

Giselle Fernandes Corrêa

Levindo Diniz Carvalho

Márcio Rimet Nobre

Patrícia Spyer Prates

Acompanhamento editorial

Márcio Rimet Nobre

Revisão

Dalva Aguiar Nascimento ME – Intradoc Brasil

Diagramação e capa

Micrópolis

FICHA TÉCNICA FINANCIADORES DA PESQUISA:

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
Subsecretaria de Direitos de Cidadania
Diretoria de Políticas para a Criança e o Adolescente
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – 2021/2024

Representantes da Sociedade Civil – Titulares

Ação Social Arquidiocesana – Providens
Agência de Iniciativas Cidadãs – AIC
Associação das Obras Pavonianas de Assistência
Associação Mineira de Reabilitação – AMR
Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – ASSPROM
Fundação Oásis
Fundo de Aceleração do Desenvolvimento – FA.VELA
Grupo de Desenvolvimento Comunitário – GDECOM
Instituto Macunaíma de Cultura – Escola de Cidadania
Rede Cidadã

Representantes da Sociedade Civil – Suplentes

Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA SUDESTE
Associação Mineira de Educação Continuada – ASMEC
Casa dos Meninos
Federação de Associações Sem Fins Econômicos de Minas Gerais – FASEMIG
Federação Nacional de Educação de Integração dos Surdos – FENEIS
Fundação CDL para Desenvolvimento Social da Criança e do Adolescente Grupo de Apoio à Adoção e à Convivência Familiar e Comunitária de Belo Horizonte – GAA-BH
Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania Saúde – AVANTE SOCIAL
Instituto Mano Down
Projeto Social Batista Regular

Representantes Governamentais – Titulares e Suplentes

Gabinete do Prefeito
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
Secretaria Municipal de Cultura
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Secretaria Municipal de Fazenda
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria Municipal de Saúde
Subsecretaria Municipal de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 MODOS DE ESCUTA E DE LEVANTAMENTO DE DADOS	12
2.1 A interseção das violências de raça, de classe, capacitista e de gênero como chave de leitura ..	13
2.2 Principais violências e violações de direitos contra crianças e adolescentes evidenciados no Diagnóstico	15
3. DIREITOS	20
3.1 Educação	20
3.2 Vida Digna e Saúde	24
3.3 Direito à cidade	26
3.4 Cultura, Lazer e Esporte	28
3.5 Assistência e Proteção Social	31
3.6 Segurança Pública e Acesso à Justiça	33
3.7 Profissionalização e Proteção do Trabalho e da Renda	36
3.8 Convivência Familiar e Comunitária	37
3.9 Participação e Controle Social	39
3.10 Gestão e Orçamento Públicos das Políticas de Criança e Adolescente	41
4. SUGESTÕES PARA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	43
4.1 Princípios de Boas Práticas das Políticas Públicas com Crianças e Adolescentes	43
4.2 Alguns Recados dos Adolescentes	44
4.3 Alguns Recados das Crianças	46
4.4 Ações, Boas Práticas e Projetos Replicáveis e Exitosos	47
4.4.1 Educação	47
4.4.2 Vida Digna e Saúde	51
4.4.3 Direito à Cidade	54
4.4.4 Cultura, Lazer e Esporte	56
4.4.5 Assistência e Proteção Social	59
4.4.6 Segurança Pública e Acesso à Justiça	61
4.4.7 Profissionalização e Proteção do Trabalho e da Renda	63
4.4.8 Convivência familiar e comunitária	64
4.4.9 Participação e Controle Social	65
4.4.10 Gestão e Orçamento Públicos das Políticas de Criança e Adolescente	66

5. SUGESTÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS COM BASE EM EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS E PLANEJAMENTO DO DIAGNÓSTICO E DE ESTUDOS FUTUROS	68
5.1 Sugestões para políticas públicas com base em evidências científicas	68
5.2 Sugestões de estudos complementares ao Diagnóstico	70

Introdução



"Em que esta pesquisa vai mudar a minha vida?"
(Adolescente-pesquisador ouvido no Diagnóstico)

Este relatório síntese é parte integrante do Relatório Final do **Direitos de Crianças e Adolescentes: Diagnóstico do Município de Belo Horizonte, MG**, elaborado por meio do Termo de Referência assinado entre a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), representando a Rede Transdisciplinar de Pesquisa com Crianças, Adolescentes e Jovens da UFMG – Rede/UFMG, e o município de Belo Horizonte, representado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (SMASAC/PBH), impulsionado pela demanda do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/BH) e financiado com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).

O documento contém as principais conclusões da pesquisa diagnóstica quantitativa e qualitativa, realizada pelos membros da Rede/UFMG, apresentada na íntegra em quatro documentos base que detalham os aspectos metodológicos, conceituais e empíricos das pesquisas realizadas entre **novembro de 2022 e fevereiro de 2024**.

Primeiramente gostaríamos de apresentar a **Rede Transdisciplinar de Pesquisa com Crianças, Adolescentes e Jovens da UFMG (Rede/UFMG)**, que realizou o Diagnóstico. A Rede/UFMG é constituída por quatro grupos de pesquisa, extensão e ensino, de diferentes unidades da Universidade Federal de Minas Gerais, com histórico de elaboração de pesquisas com crianças, adolescentes, jovens, direitos humanos e políticas públicas. A Rede busca unir esforços e experiências construídas há décadas por cada um desses grupos, consolidar uma linha temática de atuação dentro da UFMG, também integrada com outros grupos do Brasil e do mundo, capaz de desenvolver pesquisa social aplicada sobre Infâncias e Juventudes de modo transdisciplinar, avançado e focado na complexidade. A Rede/UFMG integra o Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG (IEAT/UFMG) como grupo de pesquisa.

Para este Diagnóstico, a equipe transdisciplinar formada relaciona análises quantitativas e qualitativas para identificar, mapear, qualificar, caracterizar e avaliar a situação atual, e as políticas públicas de infância e adolescência nos aspectos: da educação; vida digna e saúde; direito à cidade; assistência e proteção social; cultura, lazer e esporte; proteção social, segurança pública e acesso à justiça; profissionalização e proteção do trabalho e da renda; convivência familiar e comunitária e participação e controle social.

A partir desse conjunto de estudos complexos buscamos contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de atendimento, das redes de cuidado, e dos direitos; potencializar sua atuação e a dos atores sociais responsáveis; e possibilitar o planejamento das ações, a elaboração de indicadores para monitoramento, e a avaliação das ações executadas pelo poder público e/ou por organizações da sociedade civil; bem como sistematizar e compartilhar interfaces e experiências.

Além disso, o conjunto de estudos busca priorizar, metodologicamente, a participação, a centralidade e o protagonismo de crianças, adolescentes e de suas famílias, além da interação entre os profissionais e trabalhadores dos setores público e privado que compõem a rede de atendimento e de execução das mencionadas políticas públicas, de modo a aprimorar os fluxos permanentes entre eles.

Nesse sentido, **ressaltamos o ineditismo do presente Diagnóstico**, não apenas por combinar métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa, analisar os dados sob uma ótica inter e transdisciplinar, como também, e especialmente, por incluir entre as metodologias aplicadas a **escuta direta de crianças, adolescentes e das respectivas famílias** para a elaboração do estudo. Para isto foram desenvolvidos **métodos de pesquisa inovadores, customizados para que crianças e adolescentes pudessem participar e se manifestar com suas linguagens e visões de mundo próprias**. Os desenhos, fotografias, charges, cartas, mapas e outros recursos incluídos nos relatórios base do Diagnóstico podem dar uma ideia de como e em que proporções esta escuta qualificada e atenta das demandas de crianças e adolescentes foi um compromisso ético com a sua participação na produção do Diagnóstico.

A aposta na escuta das crianças e dos adolescentes enquanto principal metodologia de coleta de dados da pesquisa qualitativa parte da compreensão de que esses sujeitos têm algo a dizer sobre sua história e seus direitos, e, além disso, sobre a sua experiência de ser criança e adolescente na cidade onde vivem. Algumas das produções de crianças e adolescentes recolhidas na pesquisa denunciam uma sociedade que rechaça esses saberes e tenta impor a todo momento seu olhar adultocêntrico sobre o lugar deles na cidade. Aqui, ao contrário, partimos do pressuposto de que seus pontos de vista singulares e relevantes devem ser considerados na construção de políticas públicas a eles destinados.

Se o “futuro” da infância e da adolescência se desvela na urgência do “presente”, ouvir as crianças e adolescentes é também uma forma de conhecer e ampliar as formas pelas quais elas podem participar da vida social e exercer seus direitos, ao tensionar uma vertente jurídica que as coloca sempre em posição de dependência e subordinação; matizar uma visão psicológica evolutiva que compreende a criança e adolescente como dotadas de uma racionalidade pouco desenvolvida, que impediria a compreensão do mundo social e do exercício da cidadania; e, colaborar na construção da dimensão pedagógica do Direito, construindo políticas e intervenções com as crianças e adolescentes a partir de seus interesses e sua cidadania.

Considerou-se que as narrativas infanto-juvenis sobre suas experiências de vida são construídas no interior de relações intergeracionais com adultos, nos diferentes tempos e espaços de seu cotidiano. Além disso, a escuta direta dos bebês e das crianças bem pequenas (0 a 2-3 anos) não seria possível em uma pesquisa com as características da que foi desenvolvida. Assim, em alguns casos, realizou-se a escuta de adultos responsáveis pelas ações de cuidado, proteção, e educação das crianças para melhor apreender as necessidades e as experiências infantis.

A coordenação do Diagnóstico foi responsabilidade de um colegiado composto por **6 professores doutores**, que participaram de todas as etapas de sua execução e que estabeleceram as diretrizes teóricas, metodológicas e éticas da pesquisa, envolvidas nos processos de elaboração e implementação do projeto. Estes professores estão vinculados dentro da UFMG à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, no Departamento de Psicologia e de Sociologia; à Faculdade de Educação, no Departamento de Ciências Aplicadas à Educação; à Faculdade de Medicina e à Faculdade de Direito.

MEMBROS	VÍNCULO NA UFMG
André Luiz Freitas Dias	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Psicologia)
Cristiane de Freitas Cunha Grillo	Faculdade de Medicina
Levindo Diniz Carvalho	Faculdade de Educação
Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Sociologia)
Maria Fernanda Salcedo Repolês	Faculdade de Direito
Valéria Cristina de Oliveira	Faculdade de Educação (Ciências Aplicadas à Educação)

Essa diversidade disciplinar é replicada na **equipe de 63 pesquisadores e pesquisadoras** participantes da elaboração do Diagnóstico, entre os(as) quais aluno(a)s de graduação, pós-graduação, nos níveis de especialização, mestrado e doutorado, assim como técnicos(as) especialistas formados(as), pós-doutorandos(as) e consultores(as) externos(as) convidados(as). **A Rede/UFMG somou, assim, 69 membros envolvidos na produção do Diagnóstico.**

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos projetos e programas que compõem a **Rede/UFMG**.

CRISP: os objetivos do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) são: (1) a produção do conhecimento acadêmico sobre os problemas da violência e da criminalidade e; (2) o auxílio na formulação, implementação e avaliação de políticas de Segurança Pública em Minas

Gerais e no Brasil. O Centro é composto por pesquisadores oriundos de diferentes campos: sociologia, estatística, ciências da computação, economia, filosofia, pedagogia, medicina, sendo seu objeto de estudo um fenômeno interdisciplinar e multidisciplinar.

JANELA DA ESCUTA: o Janela da Escuta é um programa de extensão e pesquisa da UFMG, uma clínica interdisciplinar orientada pela psicanálise lacaniana, na qual o adolescente é o especialista de si, provoca construções singulares e a tessitura de uma rede sob medida. O acolhimento vivo se abre para cada adolescente e para quem o acompanha. As metodologias construídas coletivamente envolvem a conversação clínica, a construção do caso clínico, as conversações dos adolescentes e das mães, ateliês de arte voltados para os adolescentes e para as mães. A construção de cada caso visa a produção de redes vivas no território, potencializando as políticas públicas.

A equipe é composta por alunos da Graduação em Artes Visuais, Psicologia, Medicina e outros campos da saúde, alunos do Curso de Especialização em Saúde do Adolescente e do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência, de diversos campos do conhecimento, residentes de Pediatria, Psiquiatria e da área multiprofissional. O programa se vincula ao Observatório de Saúde da Criança e do Adolescente do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da UFMG e ao Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência da UFMG.

NEPEI: o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Infantil e Infância, criado em 2000 na Faculdade de Educação da UFMG, realiza projetos de ensino, extensão e pesquisa, enfatizando a produção de conhecimentos e de participação na formulação de políticas públicas voltadas para a infância e a educação. O Núcleo, formado por 11 professores, se constitui como espaço interdisciplinar que congrega diferentes áreas do conhecimento, tais como, Sociologia, Antropologia, Pedagogia, Saúde, Arte, História, Direito e Filosofia, para melhor compreender a realidade, os problemas e as tendências que caracterizam a infância e as crianças em seus diferentes contextos de formação social e cultural. Com relevante experiência na análise de políticas para Infância, destaca-se no trabalho do núcleo: o desenvolvimento de pesquisas para, sobre e com crianças e a realização de projetos de abrangência nacional relacionados à educação e aos direitos das crianças e, a Educação Infantil, a formação de professores, a diversidade e a cidadania.

POLOS DE CIDADANIA: o Polos de Cidadania é um programa transdisciplinar e interinstitucional de extensão, ensino e pesquisa social aplicada voltado para 1) a efetivação dos direitos humanos de pessoas, famílias e comunidades vulnerabilizadas e em trajetória de risco social e ambiental e 2) a construção de conhecimento a partir do diálogo entre os diferentes saberes, acadêmicos e não acadêmicos. A sua atuação é estruturada em quatro multiplataformas de ações e produções técnico-científicas que reúnem projetos de extensão, ensino e pesquisa social aplicada, construídos coletivamente.

As principais metodologias utilizadas pelo Polos-UFMG são a pesquisa-ação, o teatro popular de rua, as cartografias sociais e afetivas, a mediação de conflitos e as redes de cuidado e atenção em direitos humanos, contando com uma equipe de pesquisadores-extensionistas formada por professores da UFMG, profissionais e estudantes de diversas áreas do conhecimento, como Direito, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências da Computação, Teatro, Comunicação Social, Ciências Socioambientais, Sociologia, Antropologia, Enfermagem e Ciências do Estado.

Em caráter introdutório precisamos justificar algumas escolhas para a realização deste **Relatório Síntese**. O relatório não contém novidades ou diferenças em relação aos quatro relatórios base também apresentados como produto final. Ele pretende compilar os resultados desses estudos em um texto mais curto e sistematizado que permita um acesso rápido inicial ao Diagnóstico e que eventualmente estimule os leitores e leitoras a acessarem os relatórios base, os boletins temáticos quantitativos, e demais materiais integrantes do produto final.

Por esse motivo, o relatório síntese contém poucas referências ou detalhes sobre os marcos teóricos de análise e das metodologias e métodos empregados ao longo da pesquisa. Essas informações encontram-se nos relatórios base. A seção do relatório síntese que se segue a esta introdução faz um rápido resumo desses pontos.

O relatório síntese foi organizado de acordo com o Termo de Referência e com a matriz analítica apresentada pela Rede/UFMG e aprovada pela Comissão de Políticas Públicas para a Infância e Adolescência do CMDCA (COMPPIA), em reunião de acompanhamento das etapas da realização do Diagnóstico. De acordo com essa estrutura, apresentamos um elenco das principais conclusões sobre: (1) violências e violações de direitos; (2) direitos à educação; (3) vida digna e saúde; (4) direito à cidade; (5) assistência e proteção social; (6) cultura, lazer e esporte; (7) segurança pública e acesso à justiça; (8) profissionalização e proteção do trabalho e da renda; (9) convivência familiar e comunitária, e (10) participação e controle social. Agregamos a essas divisões, uma seção que faz considerações sobre a (11) gestão e orçamento públicos das políticas de criança e adolescente.

Na sequência, o relatório síntese apresenta os Recados às Políticas Públicas, procurando sintetizar as propostas colhidas ao longo do Diagnóstico. Iniciamos esta parte com o enunciado de dez princípios de boas práticas que orientem as políticas públicas de crianças e adolescentes. Depois abrimos um espaço especial para a apresentação de algumas das falas e imagens produzidas pelas crianças e adolescentes que se tornaram emblemáticas durante o estudo. Na seção seguinte apresentamos um apanhado de ações, boas práticas e projetos replicáveis e exitosos, obedecendo as mesmas divisões dos direitos, da gestão e orçamento utilizados na primeira parte do relatório síntese.

Finalmente, o relatório contém uma seção de sugestões para a utilização do Diagnóstico e de outros estudos científicos de modo que a tomada de decisão no âmbito da política pública seja embasada em evidências; assim como uma sugestão de outros estudos que poderiam ser futuramente realizados para complementar este Diagnóstico.

Esta divisão busca atender à necessidade de prestação de contas junto ao contratante, buscando demonstrar que todos os aspectos do Termo de Referência foram contemplados ao longo do Diagnóstico. Contudo, é importante frisar que esta divisão entre violações, direitos e sugestões pode dar uma falsa impressão de segmentação desses temas. O resultado do Diagnóstico, ao contrário, aponta que os direitos e sua gestão são interconectados e transversais. Essa chave de leitura central à compreensão do Diagnóstico poderá ser feita a partir dos diversos debates públicos, textos acadêmicos, ações de divulgação científica, e proposições que esperamos possam resultar do nosso trabalho.

Modos de escuta e de levantamento de dados



O Diagnóstico lançou mão de alguns dados secundários para auxiliar nas análises e conclusões, mas sua **diretriz metodológica principal foi a de levantamento de dados primários quantitativos e qualitativos, por meio de métodos e procedimentos variados**. Aqui resumimos os principais. A explicação detalhada de cada um está nos relatórios base.

1. Participação em Eventos e Reuniões: os pesquisadores participaram da 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, das conferências de saúde e de assistência social, de reuniões do Fórum de Abrigos de Belo Horizonte, e reuniões da COMPIA e do CMDCA.
2. Levantamento de dados quantitativos: uma das equipes da Rede/UFMG dedicou-se à análise de registros administrativos das instituições e dos serviços de apoio e proteção à infância e à adolescência. Trata-se, portanto, de uma análise condicionada pela qualidade da informação repassada pela administração pública, bem como de seus limites e possibilidades. Tem como produtos os Boletins Temáticos Quantitativos (BTQs) e a consolidação de indicadores sobre a qualidade de vida de crianças, adolescentes e jovens que residem no município de Belo Horizonte.
3. Escutas e Observações: foram realizadas escutas e observações com diversos atores envolvidos, incluindo representantes do poder executivo e judiciário, atores econômicos, sociedade civil, academia e usuários dos serviços.
4. Grupos Inventivos de orientação psicanalítica: um dispositivo criado especialmente para o estudo oferece um lugar para a palavra, para o corpo, para as invenções singulares e coletivas dos adolescentes. A circulação da palavra entre os participantes legitima a experiência do grupo, facilitando a produção de um saber inédito. Com a intenção de mobilizar a potência da fala dos participantes no que tange aos seus direitos e também às violações sofridas, a circulação da palavra pode provocar o fomento de novas ideias e perspectivas entre os adolescentes-pesquisadores, além da proposição de políticas para a cidade onde vivem.

5. Entrevistas e cartões temáticos com adolescentes: escuta dos adolescentes por entrevista com roteiro de questões abertas, e em um segundo momento, as perguntas foram reduzidas a algumas palavras-chave apresentadas aos adolescentes no formato de cartões impressos trazendo apenas os temas centrais, a partir dos quais se promoveu um diálogo coletivo. Nessas rodas de diálogo também se utilizaram recursos para manifestações por meio da produção de imagens, desenhos, textos, entre outros.
6. Escuta das crianças por meio de estratégias metodológicas fundadas nas singularidades das linguagens infantis: esta escuta, no interior dos diferentes espaços sociais de inserção, tomou como base as vivências e os diferentes direitos e a escuta de adultos sobre atendimento aos direitos de bebês e crianças. Entre os métodos de escuta de crianças estão: uso da Caixa de Perguntas, leitura literária com debate, Oficina de Carimbos, Cartografia do Cotidiano (mapa marcado com adesivos), Roda de Emoções, Produção de Desenhos, Foto-elicitação, Passeio em torno da escola, Contação de Histórias e Escrita de Carta ao Prefeito.
7. Visitas de Campo: visitas foram feitas a diferentes equipamentos públicos e instituições, como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), unidades de acolhimento institucional, centros culturais e unidades socioeducativas, ocupações urbanas, quilombos, movimentos sociais, projetos e programas de atenção à infância, adolescência e juventude, e visitas domiciliares para realizar escutas, observações e levantamento de informações.
8. Seminários e Entrevistas: foram realizados seminários mensais e entrevistas semi-estruturadas com porta-vozes selecionados, abordando temas como Política Cultural, Política de Assistência Social, Socioeducação e Segurança Pública/Letalidade Policial. Entrevistas individuais também foram realizadas.
9. Análise de Orçamento e Planejamento: houve análise do orçamento e planejamento da Política de Infância e Juventude.
10. Workshop: um workshop foi realizado para apresentar os resultados parciais da pesquisa e debatê-los, contando com a presença de painelistas convidados para abordar os principais desafios dos direitos e das políticas públicas para crianças e adolescentes.

Além disso, **a pesquisa fez a escolha ética e metodológica de ouvir as crianças, os adolescentes e os jovens menos ouvidos e muitas vezes silenciados e invisibilizados**: aqueles com trajetória de vida nas ruas, em acolhimento institucional, em cumprimento de medidas socioeducativas, estudantes de escolas públicas, moradores de favelas e ocupações urbanas, imigrantes, entre outros. Simultaneamente, buscou-se romper com visões salvacionistas e adultocêntricas da infância e da adolescência.

2.1 A INTERSEÇÃO DAS VIOLÊNCIAS DE RAÇA, DE CLASSE, CAPACITISTA E DE GÊNERO COMO CHAVE DE LEITURA

Antes mesmo de listar as principais violências e violações de direitos encontradas ao longo do Diagnóstico, é preciso apresentar a interseção *das violências de raça, de classe, capacitistas e de gênero* como chave de leitura de todos os Relatórios que compõem o Diagnóstico, já que a mesma se apresenta de forma transversal e estrutural – ou seja, a criminalização, a medicalização,

a institucionalização, a evasão, a segregação e a negação de direitos é mais intensa e presente quando se trata de crianças e adolescentes pretos(as), pobres, com deficiências, mulheres, pessoas LGBTQIA+.

Embora o tema das violências racistas, classistas, capacitistas e de gênero e sexualidade estejam na ordem do dia e sejam tematizadas por servidores, agentes, gestores, e até mesmo por usuários, **não identificamos a articulação proativa de políticas públicas antirracistas, anticapacitistas, antimisóginas, LGBTQIA+ antifóbicas.**

As violências estruturais marcam a trajetória de algumas crianças e adolescentes cujos corpos carregam os marcadores sociais de exclusão de maneira interseccional¹. Esta é o que poderíamos denominar **uma trajetória “do ventre ao cárcere”**. As exclusões começam já durante a gestação das mães que têm seus direitos violados. As violências estruturais também marcam os servidores da ponta e os agentes contratados para a execução das políticas, e os confrontam com suas próprias histórias de vida, tornando-se um elemento central para a precarização do seu trabalho.

Esse aprendizado indica e reforça a importância de haver gestores(as) e servidores(as) em todo o sistema de saúde, educação, cultura, assistência social, política urbana, garantia de direitos, segurança e justiça conscientes e sensíveis às interseccionalidades das violências estruturais de raça, de classe, capacitistas e de gênero, mas não só. Além da sensibilidade e consciência, os(as) servidores(as) e gestores(as) devem **manejar instrumentos capazes de interromper, no âmbito da prestação dos serviços e nas instituições, as violências estruturais direcionadas a corpos e grupos específicos, inclusive contra eles(as) próprios(as).**

Adicionalmente, entendendo as crianças e os adolescentes como protagonistas nas políticas públicas, o reconhecimento de suas vivências e sentimentos torna-se central no planejamento das ações de enfrentamento e resistência a essas violências, que precisam ser construídas com as próprias crianças e adolescentes.

As políticas públicas precisam avançar no debate sobre seu papel na reprodução ou no enfrentamento às violências estruturais produzidas historicamente. Não é suficiente entender tais violências como “pautas identitárias”, descontextualizadas de seus propósitos. É importante avançar para uma avaliação de qual função essas desigualdades prestam. Afinal, o contexto que elas produzem mobiliza determinadas relações de poder. Assim, é preciso identificar essas múltiplas formas de subordinação às quais estão sujeitas crianças, adolescentes e suas famílias, e grupos sociais que carregam essas violências interseccionadas, e agir para a desativação dos mecanismos e dispositivos que provocam essas desigualdades estruturais.

Finalmente, é preciso que as experiências e as necessidades específicas de grupos marginalizados sejam adequadamente reconhecidas, coletadas e representadas nas análises de dados e nas políticas públicas.

¹ Sobre o conceito de interseccionalidade remetemos aos quatro relatórios base, que o definem e indicam as fontes bibliográficas do debate. Resumidamente, podemos entender a interseccionalidade como a sobreposição de marcadores sociais de exclusão que impactam negativamente no usufruto dos direitos.

2.2 PRINCIPAIS VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EVIDENCIADOS NO DIAGNÓSTICO

As principais violências e violações de direitos contra crianças e adolescentes no Município de Belo Horizonte que aparecem em todos os estudos realizados pelas equipes da Rede/UFMG, na elaboração do Diagnóstico são:

1. O papel determinante das violências institucionais que alimentam as vulnerabilidades já existentes e geram novas violências. Assim, uma parte importante da vulnerabilidade a que estão sujeitas as crianças e adolescentes da cidade não vem das condições individuais ou familiares, mas da exclusão que sofrem em relação aos serviços e espaços públicos.
2. O direito à cidade, à mobilidade urbana, ao transporte público de qualidade e acessível são fatores determinantes do acesso de crianças e adolescentes à sua cidadania, aos serviços, e aos equipamentos públicos.
3. Nesse mesmo sentido, crianças, adolescentes e suas famílias validam as políticas públicas. Elas querem políticas públicas e sabem da importância e da diferença que isso faz na vida delas. Crianças, adolescentes e famílias vulnerabilizadas desejam políticas e instituições públicas capazes de atendê-los e de lhes oferecer suporte para que possam superar essa condição. Mesmo tendo críticas a estas instituições e políticas, elas, em nenhum momento, desqualificam a importância de sua existência e a necessidade de seu aperfeiçoamento.
4. A exceção a esta postura propositiva em relação às políticas e instituições públicas é o sistema socioeducativo em meio fechado. A pesquisa revela que o sistema socioeducativo em meio fechado vem sendo moldado por um paradigma disciplinador que subverte a lógica de acolhimento, do cuidado e da educação, adotada pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Essa subversão de objetivos reforça o caráter disciplinador, de privação, e de patologização, e impede ou dificulta o questionamento, o controle social, incentivando o sentido bélico contra grupos sociais selecionados e aumentando a vulnerabilização. As unidades socioeducativas acabam tornando-se espelhos do sistema prisional brasileiro e de suas mazelas, sistema este já declarado como "estado de coisas inconstitucional" pelo Supremo Tribunal Federal².
5. Ressalta-se a seletividade do sistema, que se direciona a um público específico, a saber, adolescentes pobres, negros, periféricos; a mimetização de comportamentos prisionais incompatíveis com o caráter socioeducativo, tais como a algemação; a negação de acesso a direitos básicos como água potável; instalações inadequadas e insalubres. Além disso, há um uso excessivo e indiscriminado de medicalização nas unidades com objetivo de docilizar os e as adolescentes, especialmente estas últimas. O estudo também demonstra que adolescentes são encaminhados para o meio fechado sem necessariamente terem sido esgotadas as opções de medidas socioeducativas, e na maioria dos casos, por atos infracionais leves, que não precisam acarretar a medida mais gravosa, o que reforça o caráter seletivo e de perfilamento social do sistema. A "carreira criminal" começa com o carimbo institucional do

2 Esta é a conclusão do Julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 347, em 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4783560> Acesso em: 17 abr. 2024.

sistema socioeducativo, cuja lógica é retirar os adolescentes do espaço social da cidade, da família e da escola e colocá-los em outro contexto social no qual eles são moldados para se tornarem párias sociais.

6. Nesse mesmo sentido, a proposta de um Novo Socioeducativo com aumento de vagas e construção de unidades de grandes proporções para aplicação de medidas em meio fechado mostra-se irracional e contrária a todas as evidências apresentadas neste Diagnóstico. Do ponto de vista dos adolescentes da cidade, há uma indignação contra a proliferação das unidades de privação de liberdade do sistema socioeducativo.
7. As diversas violências institucionais do sistema socioeducativo em meio fechado relacionam-se com uma perspectiva de guerra às drogas e os adolescentes são recrutados para serem "soldados" de organizações criminosas e futuros "clientes" do sistema prisional. A "carreira criminal" começa com o carimbo institucional do sistema socioeducativo, cuja lógica é retirar os adolescentes do espaço social da cidade, da família, da escola e colocá-los em outro contexto social no qual eles são moldados para se tornarem párias sociais.
8. Nesse sentido, o tráfico de drogas configura-se como a pior forma de exploração do trabalho infanto-juvenil. Esse entendimento é defendido nas Convenções n. 182 e n. 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e recepcionado pelo Brasil através dos Decretos n. 3.597, de 12 de setembro de 2001, posteriormente consolidado através do Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008 e Decreto n. 10.088, de 05 de novembro de 2019. Segundo este entendimento, a presença de crianças e adolescentes em atividades do mercado ilícito, especialmente de tráfico, configura-se como uma das piores formas de trabalho infantil, devendo o Estado atuar contra a recriminalização e a favor do fortalecimento de uma rede de proteção, fazendo com que os adultos responsáveis por colocá-los em tal situação cumpram as penalidades criminais e trabalhistas correspondentes.
9. A violência policial é mencionada com frequência na escuta de adolescentes, famílias e serviços de saúde, educação, assistência social, cultura, lazer e esporte. Ela é fortemente determinada pelo racismo. Nesse sentido, um exemplo ilustrativo é a diminuição da aplicação de medidas socioeducativas em meio fechado durante a Pandemia da Covid-19, o que não implicou na maior estruturação e investimento no sistema de medidas socioeducativas em meio aberto, mas no aumento da violência policial contra adolescentes pobres e negros nas áreas e territórios de maior vulnerabilização. Duas das principais medidas solicitadas por adolescentes reforçam essa conclusão: a necessidade de formação continuada dos profissionais e equipar-se a Polícia Militar e a Guarda Municipal com câmeras corporais.
10. Os dados quantitativos do Diagnóstico apontam algumas conclusões sobre violência policial contra crianças e adolescentes, relevantes neste tópico. De maneira geral, os dados fornecidos pelo NAMSEP indicam que houve um aumento gradual no número de registros de violência policial relatados pelos adolescentes às técnicas ao longo desse período, com o ano de 2023 contabilizando o maior número de depoimentos. Isso pode indicar um aumento real da violência policial contra adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio aberto ou uma maior confiança dos adolescentes nas técnicas do NAMSEP para relatar casos de agressão por agentes de segurança³.

3 Dados do Boletim SEG 16.

11. Essas mesmas fontes de informação possibilitaram identificar que o perfil predominante de adolescentes vítimas de violência policial é composto pelo sexo masculino (90,9%), pardos (46,2%), principalmente com idades entre 15 e 17 anos (78,4%). Os dados oriundos do SINAN respaldam a prevalência destas idades nos casos de violência registrados, mas também indicam a prática de violência policial com crianças pequenas, em que pese os adolescentes mais velhos serem os que estão em maior risco de serem vítimas de violência policial⁴.
12. As violências mais praticadas pelos agentes de segurança pública foram físicas (75,5%) e psicológicas (61,8%). A abordagem policial é o contexto mais comum relatado pelas vítimas, seguido pela apreensão por ato infracional, com a maioria das violências ocorrendo durante a abordagem policial. A Polícia Militar é o principal agente de segurança pública envolvido nas violências relatadas, com destaque para unidades especializadas como GEPAR, ROTAM e Tático Móvel. Em casos de violência física, a maioria das vítimas relatou a utilização de armas de fogo pelos agentes de segurança pública, destacando a gravidade dessas situações⁵.
13. As vítimas, em sua maioria (58,3%), não registraram denúncias oficiais por insegurança, receio e/ou descrença nos órgãos competentes. Observa-se, dessa forma, que as instituições responsáveis por acolher estes adolescentes não oferecem segurança adequada a eles e dificultam o processo de denúncia. Portanto, os dados aqui reunidos sugerem a necessidade de políticas e ações específicas para prevenir e combater a violência policial contra jovens em Belo Horizonte, incluindo medidas para promover a transparência e a responsabilização das forças de segurança, garantir o acesso à justiça e proteção das vítimas, e promover a igualdade racial e de gênero nas políticas de segurança pública⁶.
14. O racismo aparece como uma violência estrutural transversal que aprofunda a vulnerabilização de crianças, adolescentes e suas famílias, que se faz fortemente presente nas instituições, políticas públicas e nos espaços públicos destinados a crianças e adolescentes. Além disso, ao racismo somam-se outras violências estruturais que em seu conjunto configuram um quadro de vulnerabilização social, sobretudo as violências de classe e de gênero. Violências estruturais de raça, classe, capacitistas, de sexo e de gênero são interseccionadas. Quem acumula mais marcadores sociais de exclusão sofre mais violências.
15. Em alguns espaços investigados, as tensões raciais, embora presentes, não se apresentam de forma explícita, indicando que nem sempre são objeto de um trabalho sistemático de problematização, escuta e elaboração. Observou-se assim, em alguns contextos, o apagamento e/ou silenciamento das tensões raciais, dificultando às crianças e adolescentes a compreensão do acesso aos direitos. O racismo é muitas vezes ocultado ou não dito e pode vir travestido de denominações eufemísticas como *bullying* ou brincadeira. Há espaços em que o racismo é deslegitimado ou negado como violência.
16. O Boletim QTR 1 analisou os dados sobre o trabalho infantil em Belo Horizonte entre 2012 e 2022. Dos 1.437.061 registros de crianças até 14 anos no Cadastro Único nesse período, foram identificados 319 casos de trabalho infantil. Em 2022, dos 151.554 registros referentes a

4 Dados do Boletim SEG 16.

5 Dados do Boletim SEG 16.

6 Dados do Boletim SEG 16.

crianças cadastradas, apenas quatro estavam em situação de trabalho infantil, representando cerca de 0,003%⁷.

17. Essas crianças, todas pardas, divididas igualmente entre os sexos masculino e feminino, em sua maioria não tinham instrução escolar e eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. A faixa etária mais afetada era de 6 a 10 anos. A análise espacial revela que a regional Nordeste apresentou as taxas mais altas de trabalho infantil em 2022, enquanto os bairros Maria Virgínia e Saudade, ambos da regional Leste, e Salgado Filho, da Oeste, foram os mais afetados⁸.
18. No curso desta pesquisa, fomos levados à conclusão de que não cabe pensar as infâncias, adolescências e juventudes em Belo Horizonte sem promover uma discussão acerca dos marcadores sociais de exclusão de raça, gênero, classe, e território. Os conceitos unívocos de infância e de adolescência não se sustentam diante da pluralidade de infâncias e adolescências no Brasil e no mundo, marcadas pelas diversidades raciais, étnicas, sociais, econômicas, culturais, religiosas e de gênero.
19. A violência contra as dissidências das normas cis e heterossexual se revelam alinhavadas, costuradas pelo racismo, pela segregação, pela desigualdade socioeconômica e endossadas pelos discursos conservadores. O rechaço à alteridade pode se expressar como homofobia, resistindo à despatologização e à descriminalização da homossexualidade.
20. A transfobia se estende para antes e para após a morte: antes, pela segregação das crianças e dos adolescentes trans pelas famílias, escolas, e pelas políticas públicas; depois, pelo apagamento do nome escolhido e pela reafirmação do gênero designado ao nascimento no atestado de óbito.
21. O quadro de vulnerabilização social de crianças e adolescentes está intrinsecamente ligado à violência doméstica e à violência contra mulheres. Essa conclusão aponta ainda para a importância da estruturação das políticas públicas serem pensadas em seu caráter integrativo enquanto política para as famílias. E na consideração e respeito pelas diversas configurações familiares de modo a não reproduzir novas violências institucionais.
22. Destacam-se também as relações entre os direitos das mulheres e os direitos das crianças, na medida em que as mulheres, predominantemente, assumem a responsabilidade pelo cuidado, proteção e educação das crianças. Os constrangimentos e a violação de direitos das mulheres têm, portanto, impacto direto no cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes.
23. Violações de direitos recorrentes e paradigmáticas da interseccionalidade de raça, classe e gênero ocorrem com as mulheres pretas, pardas e pobres que são impedidas de criarem e de conviverem com seus bebês, como resultado de processos de criminalização, desautorização e de imposição de incapacitação, seja pela condição social e de saúde em que a mulher se encontra, seja pela insuficiência de políticas públicas no âmbito do cuidado e que possam garantir o seu gozo do direito à convivência familiar com seus filhos(as), seja pelo desvirtuamento dos fluxos legais de atenção e cuidado.

7 Dados do Boletim SEG 16.

8 Dados do Boletim SEG 16.

24. Nesse sentido, a retirada de bebês de mulheres adultas e adolescentes vulnerabilizadas, por meio dos desvirtuamentos dos fluxos legais da política pública de acolhimento é paradigmática das falhas da saúde, da assistência social e do sistema de justiça. Estes casos paradigmáticos devem ser analisados e discutidos primeiramente para buscar soluções que reparem e minimizem as violências já perpetradas contra essas famílias, e, em segundo lugar, para reavaliar a atuação dos atores e atrizes sociais envolvidos no endereçamento e no encaminhamento desses casos⁹.
25. Por último, o Diagnóstico foi realizado entre o final do ano de 2022, durante 2023, e princípios de 2024, pouco tempo depois da emergência da crise social e sanitária sem precedentes provocada pela Pandemia de Covid-19. A contextualização desta pesquisa levou em consideração que a Pandemia intensificou a exclusão, ampliou a concentração de renda, e penalizou especialmente as populações mais pobres. Além disso, o estudo levou em consideração diferentes pesquisas que evidenciaram as consequências da pandemia sobre a população infanto-juvenil, abrangendo aspectos econômicos, sociais, culturais, educacionais e de saúde física e mental. A Pandemia aparece assim como um elemento que permeia e atravessa os diferentes âmbitos de análise da aplicação das políticas públicas de crianças e adolescentes.

9 Sobre os casos de retirada de bebês pode-se consultar os relatórios base Cartografia das Controvérsias e Escuta dos Adolescentes.

Direitos



3.1 EDUCAÇÃO

A educação é a instituição mais próxima da criança e do adolescente. Vindo em sequência à educação no âmbito do domicílio familiar, da casa parental, a escola é o estabelecimento que melhor localiza e dá materialidade à educação. A escola é tomada neste estudo como um lugar onde se aprende a viver em sociedade, a desenvolver a cidadania, a respeitar e acolher as diferenças com generosidade e sensibilidade, e onde se pode aprender por meio de erros e recomeços.

1. Há uma grande variação de opiniões sobre a escola e seu papel na vida de crianças e adolescentes de Belo Horizonte. Porém, o entendimento de que a escola poderia ter sua função cumprida integralmente se houvesse maior investimento público é largamente compartilhado por todos os atores e atrizes sociais ouvidos no Diagnóstico. Parece evidente que esse investimento permitiria uma organização melhor desde as estruturas físicas e de recursos humanos das escolas, até mudanças nas suas concepções e práticas. A falta de investimento é vista como uma inversão de valores ocorrida no Brasil ao longo dos anos, fruto do processo de desvalorização da coisa pública.
2. De modo geral, há um reconhecimento da importância da escola não apenas como instrumento de uma futura profissionalização, mas também como processo formativo geral de socialização e de desenvolvimento de potencialidades mais amplas, mesmo com críticas pontuais sobre a sua qualidade.
3. Um dos impactos mais contundentes da Pandemia da Covid-19 se dá no acesso e permanência na educação. Porém, a Pandemia apresenta-se como uma variável indireta. **As variáveis dependentes mais importantes de falta de acesso e permanência na escola são a descontinuidade das políticas públicas de educação e sua frágil articulação com as demais políticas.**

4. A descontinuidade das políticas e sua frágil articulação afetam diretamente e de forma mais prejudicial o engajamento escolar de crianças e adolescentes pretos e pardos. Em relação à frequência escolar, o exame do indicador de baixa frequência entre os matriculados na Rede Municipal, aponta uma disparidade racial significativa. Enquanto 21,3% dos estudantes infrequentes são brancos, esse número salta para alarmantes 73,2% entre os estudantes pardos e pretos, destacando um claro desequilíbrio no engajamento escolar¹⁰.
5. A Pandemia da Covid-19 explicitou uma realidade já instalada na rede de ensino de Belo Horizonte: a da exclusão digital, resultado da insuficiências das ações e políticas públicas voltadas para suprir essa carência. O Diagnóstico colheu inúmeros relatos das dificuldades para obtenção de material, a falta da presença do professor para explicar a matéria, e os problemas de socialização que advieram com a Pandemia. Além disso, a Pandemia também tornou evidente que **o processo de inclusão social passa pela inclusão digital e que a escola ainda encontra-se à margem disso**.
6. Na faixa etária de 0 a 3 anos, a taxa de escolarização é de 47%. Já na faixa etária de 4 e 5 anos, 97,7% estão matriculados¹¹. Uma vez que a matrícula não é obrigatória para as crianças de 0 a 3 anos, é interessante apontar que a taxa de brancos nesta faixa etária é menor, indicando que mais responsáveis pretos e pardos optam e/ou necessitam matricular os filhos em creches. Os dados raciais mostram que as creches e EMELs são importantes para crianças pretas e pardas.
7. A análise histórica também destacou a importância da educação infantil na cidade, sendo Belo Horizonte referência nacional no atendimento a crianças na rede pública. No entanto, as análises por cor/raça e por área de ponderação evidenciaram disparidades no acesso, com áreas mais privilegiadas apresentando maiores taxas de escolarização¹².
8. Além disso, existe correlação positiva de média magnitude entre o atendimento de crianças de 0 a 3 anos e o daquelas de 4 e 5 anos. Ou seja, os dados indicam que não há uma dicotomia entre a opção pela abertura de creches ou pré-escolas. Antes, o esforço empreendido para o atendimento universalizado da idade de matrícula obrigatória (4 e 5 anos) traz repercussões positivas para o atendimento de 0 a 3 anos¹³.
9. A **evasão escolar** é um fenômeno multicausal bastante comum especialmente na realidade do ensino público. Entretanto, apesar da variedade de fatores concorrentes para o abandono da sala de aula, quase sempre os motivos convergem para um aspecto: **a questão econômica**. O Diagnóstico também identificou que **o racismo** é uma das causas da evasão escolar nas escolas de Belo Horizonte.
10. A descontinuidade e mudança de concepção do Programa Escola Integrada criou e aprofundou exclusões sociais e afetou fortemente crianças pobres e negras.
11. Adolescentes e jovens relatam suas dificuldades financeiras para se manterem na escola e criticam a falta de incentivos para sua formação. Eles desistem da escola ou diminuem

¹⁰ Todas as referências a dados quantitativos estão disponíveis nos Boletins Temáticos Quantitativos que integram o produto final do Diagnóstico. Este dado está no Boletim EDU 12.

¹¹ Dados do Boletim EDU 2.

¹² Dados do Boletim EDU 2.

¹³ Dados do Boletim EDU 2.

sua dedicação aos estudos porque precisam trabalhar e assumir responsabilidades em suas casas. Eles criticam a lógica de "estudar para ganhar dinheiro" e alegam que se fosse esse o sentido do estudo, o tráfico de drogas é um atalho para o acesso a recursos financeiros.

12. A falta de incentivos e de condições para se manterem engajados na escola, quando não acarreta a evasão escolar, causa a diminuição da dedicação ao estudo. A análise do desempenho acadêmico em Língua Portuguesa e Matemática no 5º e no 9º ano nas escolas públicas de Ensino Fundamental, com base nos dados do INEP/Saeb, evidencia a persistência das disparidades raciais, posto que os estudantes pretos apresentam os menores escores de proficiência em ambas as disciplinas, indicando uma desvantagem educacional que persiste ao longo dos anos de escolaridade¹⁴.
13. **O transporte público está intrinsecamente ligado ao exercício do direito à educação.** O Diagnóstico contém relatos vultosos das dificuldades de crianças e adolescentes para acessar a escola pelas distâncias, a dificuldade com o transporte público gratuito por falta ou demora na liberação do passe estudantil, assim como burocracias na solicitação do mesmo.
14. Na análise quantitativa, constatou-se que estudantes pertencentes a famílias acampadas, indígenas e quilombolas estão mais distantes das escolas frequentadas que outros grupos tradicionais. Pelo menos metade deles residem a mais de 1 km da escola e parte considerável deles não tem direito ao subsídio de transporte¹⁵. Este problema também está presente para os estudantes das regiões Centro-Sul e Leste residentes em vilas e favelas.
15. Também conforme o Boletim EDU 15, mais da metade dos estudantes do ensino médio e da educação especial residem a mais de 1 km da escola e parte considerável deles não tem direito aos subsídios de transporte.
16. A educação de crianças e adolescentes imigrantes venezuelanas urbanas vem ocorrendo em Belo Horizonte, por meio da matrícula em escolas da rede. Elas se sentem acolhidas nas escolas públicas e relatam algumas dificuldades burocráticas, mas que são logo resolvidas. Apesar das dificuldades com a língua e as diferenças culturais, expressam um sentimento de inserção na escola, relatando uma integração das famílias na cidade, tanto no trabalho, acesso a direitos, moradia e lazer.
17. Observa-se, por outro lado, que a experiência na cidade das crianças da etnia Warao, também oriundas da Venezuela, revelou-se radicalmente distinta da vivida por crianças venezuelanas urbanas. Esta experiência é caracterizada por estigmatização e demanda uma política educativa específica, fundada na compreensão e análise das diversidades culturais e sua centralidade na construção das infâncias e adolescências. Nos relatos das crianças Warao e dos profissionais da escola, verificou-se como as dificuldades com a língua espanhola, que na verdade já é a segunda língua para elas, e como a expressão de seus valores culturais redundaram num isolamento e até exclusão das crianças dentro da escola¹⁶.

14 Conforme o Boletim EDU 14.

15 Dados acessíveis no Boletim EDU 15.

16 Conforme observado por membros do CMDCA na revisão deste relatório, a SMED vem garantindo a presença de professor em escolas com matrícula de estudantes Warao, assim como a promoção de estratégias pedagógicas adequadas e inserção de aspectos culturais e intercâmbio com a cultura Warao. Em 2024 o gabinete da SMED criou o Núcleo de Políticas Educacionais para Estudante em Situação de Migração visando políticas públicas nesse sentido.

18. Os dados quantitativos alertam sobre a escolaridade dos adolescentes no momento da apreensão por tráfico de drogas. Segundo o Boletim CA 16, 47,6% dos adolescentes nessa condição não tinham completado o ensino fundamental, ainda que a maioria tivesse em idade de cursar o ensino médio, indicando uma disparidade escolar por parte dos envolvidos. Em 60,8% dos registros houve abandono dos estudos durante o ensino fundamental ou médio. Além disso, 15,3% dos registros não continham esta informação, embora seja um dado fundamental para o planejamento de intervenções adequadas quando se pensa o trabalho infanto-juvenil no tráfico de drogas como a única opção que o adolescente negro e pobre, sem capital escolar, poderá encontrar para conseguir sobreviver na sociedade de consumo¹⁷.
19. A medida socioeducativa mais aplicada pela Vara Infracional em 2022 foi a de matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento de ensino fundamental, o que indica que os(as) juízes(as) da infância e juventude de Belo Horizonte tem buscado a inserção na instituição escolar, mais apta a acolher e cuidar dessas pessoas, do que instituições como o socioeducativo e o abrigo.
20. O paradoxo presente na judicialização do direito à educação em resposta ao ato infracional é aprofundado diante dos relatos da discriminação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas ou de crianças e adolescentes quando estão abrigados. Colhemos relatos das dificuldades dos alunos oriundos do socioeducativo e dos abrigos de efetuarem as matrículas em escolas locais. No contexto escolar, o tratamento com as crianças nomeadas “de abrigo” é diferente. O discurso “o que estão aprontando?” é repetido prontamente por servidores da educação e pela polícia.
21. Na medida em que a escola é ressaltada como um lugar de aprendizado para ter um futuro melhor, há um questionamento sobre a reforma do Ensino Médio que eliminaria disciplinas importantes para a formação do pensamento crítico. Os adolescentes e jovens ouvidos pelas nossas equipes apontaram a diferença de qualidade no ensino das escolas públicas em relação às escolas particulares, ressaltando ainda a importância do sistema de cotas raciais para grupos socialmente excluídos e do Prouni, por seu papel no acesso à educação superior. Ressaltaram também a necessidade de valorizar os professores.
22. Sobre a organização e a estrutura das escolas, o Diagnóstico revela uma desigualdade regional e territorial. **Áreas mais privilegiadas da cidade refletem melhor organização e estrutura de suas escolas públicas, que são reconhecidas e elogiadas. Escolas em regiões periféricas são criticadas e denunciadas pela precariedade.**
23. Tais críticas e denúncias referem-se à falta de reformas infraestruturais e a ausência de itens básicos, entre as quais, a falta de quadras de esportes, pátios e bibliotecas; goteiras e outros problemas nas salas de aula e edifícios escolares; ventiladores e outros móveis quebrados. Além disso, são ressaltados os problemas com a manutenção das instalações físicas, sobretudo a sujeira.
24. Segurança alimentar é uma questão central para a permanência na escola. O recreio e a merenda são momentos que determinam se o dia é bom ou ruim na escola. Nesse ponto, há tanto elogios às cantineiras e à qualidade da alimentação, quanto críticas ao sabor e

¹⁷ Dados do Boletim CA 16.

ao cuidado com o preparo das refeições. Assim, a oferta de merendas de qualidade não é uniforme no sistema educativo municipal e também não há uniformidade dentro de uma mesma escola, tendo dias bons e ruins.

25. A violência escolar é outro tema muito presente no Diagnóstico. Em geral, existe uma descrença sobre a possibilidade de a escola mediar essas situações, incluídas as violências racistas e LGBTQIA+fóbicas. Sobre o tema também é mencionada a interferência das forças de segurança pública no ambiente escolar, a qual surge como uma controvérsia.
26. Existe uma alta demanda para que a escola tenha espaços de fala e de escuta, atrelados à possibilidade de uma diminuição da violência e de construção do laço social. Entretanto, a percepção de adolescentes e servidores é que a escola não fornece muito apoio para solucionar esse problema. A falta desses espaços é vista como uma violência que se soma a outras.
27. Surgiu a sugestão da presença de profissionais da psicologia e da assistência social no ambiente escolar. Os adolescentes sugerem rodas de conversa a serem conduzidas por esses profissionais, apontados como os que estão capacitados para acolher as questões psicológicas e emocionais trazidas de casa ou de outras situações de suas vidas, mas também aquelas fundadas na educação, como a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que, segundo alguns jovens, traz muita ansiedade. Esta proposta não apenas apareceu ao longo do Diagnóstico, como também fez parte das propostas da 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte.
28. A sexualidade, a gravidez, as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e as formas de prevenção são pautas colocadas como uma conexão necessária entre escola e saúde, principalmente por meio das aulas de ciências. Os adolescentes em especial consideram importante entender sobre estes temas a fim de poderem se cuidar.
29. Os dados de saúde referentes às crianças e adolescentes residentes em Belo Horizonte evidenciam a urgência de abordagens sensíveis à raça para questões de educação sexual e saúde reprodutiva. Os dados dos Boletins baseados nos sistemas de informação do DATASUS revelam que, em 2021, a ausência de registros de casos de portadores do vírus HIV entre crianças e adolescentes brancos contrasta com os 60% identificados em crianças e adolescentes pretos e 40% em pardos, destacando a vulnerabilidade dessas comunidades à epidemia¹⁸. Por fim, a análise da gravidez na adolescência destaca taxas mais altas entre mães negras em comparação com as brancas¹⁹, variável mais marcada enquanto mais jovem for a adolescente.

3.2 VIDA DIGNA E SAÚDE

1. A análise do acesso às políticas de saúde em Belo Horizonte revela profundas desigualdades raciais. A inserção da informação sobre raça/cor nos sistemas de saúde, embora tenha avançado ao longo do tempo, ainda enfrenta desafios no preenchimento e na compreensão da temática. Os dados mostram que crianças e adolescentes negros e pardos enfrentam maior

¹⁸ Dados acessíveis no Boletim SBE 12.

¹⁹ Conforme dados do Boletim SBE 34.

vulnerabilidade em várias áreas de saúde, como incidência de HIV, internações por doenças respiratórias, acidentes de transporte e notificações de lesões autoprovocadas, além de taxas mais altas de gravidez na adolescência. Esses achados ressaltam a urgência de políticas públicas e serviços de saúde mais sensíveis à questão racial, visando abordar essas disparidades de forma holística e eficaz. **Assim, o racismo se apresenta como um problema para o desenvolvimento pleno da política de saúde pública.**

2. Observa-se uma lacuna no campo da saúde do adolescente, com políticas públicas que os contemplem especificamente. Na infância, a criança não deixa de ir ao centro de saúde para a puericultura e a vacinação. O adolescente, via de regra, só retorna à rede de saúde quando há uma gravidez, uma doença, uma situação de urgência ou quando há uma medida protetiva ou socioeducativa.
3. Assim, muitas vezes é a situação de acolhimento institucional ou privação de liberdade que favorece o acesso dos adolescentes à rede de saúde, sobretudo a atendimentos como psicólogo e dentista.
4. Paradoxalmente, o acesso à saúde pelas crianças e adolescentes institucionalizados é ainda muito precário. Quando os tratamentos são permanentes, necessários, e urgentes existem dificuldades de acessar os serviços de saúde.
5. O Estudo aponta a grande preocupação com a questão das capacidades intelectuais dos adolescentes em situação de abrigo e com um quadro que consideram dramático, relativo à saúde mental desses jovens quando são desligados das Unidades. O tema da saúde mental também foi recorrente nas visitas às Unidades de Acolhimento de Adolescentes. Diversos trabalhadores ponderam sobre o agravamento nos quadros de saúde mental dos adolescentes durante o desligamento das unidades, bem como a fragilidade das políticas públicas voltadas para as juventudes, o que leva os adolescentes a buscarem outras formas de garantir sua sobrevivência.
6. Há uma demanda intensa pela saúde mental, na vertente de uma escuta do sofrimento, sobretudo das cicatrizes da pandemia e do racismo.
7. Os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa apontam a necessidade de enfrentamento do preconceito e o estigma que sofrem nos espaços de saúde. Eles ressaltam ainda o tema da alimentação e a necessidade de melhoria da alimentação nas unidades socioeducativas.
8. A queixa sobre as filas de espera nas unidades de atenção primária (APS) e a necessidade de reorganização dos serviços foi mencionada com frequência ao longo do estudo.
9. Crianças, adolescentes e jovens em situação de rua encontram dificuldades e precisam viabilizar sua chegada aos espaços de saúde.
10. A escola também é vista como um espaço capaz de potencializar o alcance das políticas de saúde, e um dos grupos de adolescentes sugeriu um projeto para incentivar uma vida mais saudável por meio de educação alimentar e atividades físicas nas escolas. Além disso, melhorar a qualidade da higiene e organização dos espaços e infraestruturas das escolas, assim como o atendimento em saúde mental na escola. Além do acesso à alimentação de qualidade, os adolescentes ouvidos no Diagnóstico ressaltam a importância de medidas como a distribuição de cestas básicas e a diminuição do preço da comida nos supermercados.

11. A análise dos dados referentes aos registros de crianças, adolescentes e jovens de até 21 anos que apresentaram quadros de desnutrição em Belo Horizonte no período de 2010 a 2022 apontam um aumento gradual de casos de desnutrição anualmente, principalmente em 2022, após a pandemia do Covid-19. Entre os 13.742 dados válidos, observou-se que a maioria dos registros eram referentes ao sexo masculino (51,4%), pardos (63,6%), sendo principalmente bebês de até 1 ano de idade (21,9%), cujo estado nutricional era a magreza (66,8%). Além disso, 84,0% das crianças, adolescentes e jovens de até 21 anos registradas não estavam inscritas no Programa Bolsa Família²⁰.
12. Em relação ao cenário atual, retratado a partir da análise dos dados de 2022, o perfil encontrado é o mesmo. Neste ano, os 2.486 registros eram majoritariamente do sexo masculino (54,1%), pardos (66,0%), sendo bebês de até 1 ano de idade (30,1%) cujo estado nutricional também era a magreza (69,1%). É interessante apontar que todas as porcentagens são maiores que os valores encontrados na análise de todo o período, indicando um possível agravamento nestes casos. Essas conclusões sugerem que houve um possível agravamento nos casos de desnutrição em 2022 em Belo Horizonte, com um aumento no número de registros, especialmente entre bebês de até 1 ano de idade. Isso pode indicar desafios adicionais em relação à saúde nutricional da população, destacando a necessidade de intervenções urgentes e eficazes para enfrentar essa questão²¹.
13. Em relação à taxa de mortalidade infantil no município, no período de 2010 a 2020 a média foi de 10‰, ou seja 10 óbitos em cada 1000 nascidos vivos, sendo que 52,2‰ dos óbitos registrados de crianças menores de 1 ano em Belo Horizonte ocorreram nos 6 primeiros dias de vida, considerado o período neonatal precoce. Segundo as informações disponibilizadas pelo DataSUS, referentes a 2022, os óbitos foram predominantemente do sexo masculino (57,27%), brancos (47,14%) e no período neonatal precoce, entre 0 e 6 dias de vida (55,51%). As gestações foram majoritariamente únicas (88,11%) e ambos os tipos de parto registrados, natural e cesariano, registraram o mesmo valor de 47,14% dos casos cada. As mães tinham, em sua maioria, entre 30 e 34 anos (22,91%)²².

3.3 DIREITO À CIDADE

1. Os debates realizados ao longo da pesquisa nos diversos espaços de discussões despertaram a nossa equipe para a reflexão sobre como **o território é um aspecto central à aplicação e à efetividade das políticas públicas** com crianças e adolescentes. Esses debates concluem que a divisão do território adotada pelas políticas públicas municipais não atende às demandas dos mais vulnerabilizados.
2. A divisão territorial oficial utilizada pela Prefeitura de Belo Horizonte atualmente, a demarcação de nove regionais, não atende à complexidade dos territórios; é insuficiente para

²⁰ Dados acessíveis no Boletim SBE 6.

²¹ Dados acessíveis no Boletim SBE 6.

²² Segundo o Boletim SBE 1.

lidar com as desigualdades e as vulnerabilidades no âmbito territorial. **A descentralização e o matriciamento são ferramentas que juntas apontam um caminho para a gestão do território e efetividade das políticas públicas.** Nesse sentido, a subdivisão em territórios de gestão compartilhada já adotada pela PBH não é plenamente operante quando se trata das políticas de criança e adolescente, sendo que nem o registro dos dados, nem as ações seguem essa subdivisão. No entanto, sua existência formal já é um direcionamento importante para se repensar o território.

3. Mesmo a divisão por regionais que apontava para certa descentralização do território vem perdendo força ao longo dos anos, tendo a Prefeitura feito um movimento gradual de centralização da participação, da deliberação e da tomada de decisão, que é vista como um retrocesso e sobre o qual se apontam críticas a partir das experiências no território.
4. **A mobilidade na cidade e o acesso ao transporte público são obstáculos concretos para o acesso de crianças e adolescentes aos equipamentos e aos serviços públicos.** Relacionado a esta situação, os dados dos sistemas de informação do DATASUS relativos aos acidentes de transporte, e analisados neste Diagnóstico, revelam que a mobilidade urbana é mais insegura para crianças e adolescentes negros. O número e o percentual de internações de 2022 revelam que crianças e adolescentes pardos representam a maioria (69,84%), seguidas por brancos (21,20%) e pretos (6,25%)²³.
5. Outro entrave relatado em campo relaciona-se ao acesso aos equipamentos localizados fora das próprias regionais, e diz respeito ao direito à cidade e à possibilidade de crianças e adolescentes se locomoverem entre regionais de modo a acessar atividades educativas, recreativas, esportivas, e culturais. Aqui mais uma vez as dificuldades começam na interação com o transporte público, tanto nos percursos quanto nos custos.
6. O caso mais dramático da falta de acesso à cidadania por parte de crianças e adolescentes vulnerabilizados, que o relatório cita como um grande paradoxo, é o fato de as crianças e adolescentes só terem alguns de seus direitos efetivados quando da institucionalização. Trata-se de um paradoxo, pois a institucionalização é estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como um conjunto de medidas excepcionais para lidar com casos de maior vulnerabilidade e violação de direitos. Porém, a exclusão sistematizada dos espaços e serviços públicos está presente em suas histórias como um dos fatores que levam à situação de institucionalização.
7. A correlação entre violação de direitos, exclusão dos espaços e serviços públicos, e a violência institucional, retroalimentam as próprias formas de institucionalização, que acabam sendo respostas corretivas às inadequações presentes no agir social dessas famílias e pessoas. Assim, primeiro vem a falta de acesso a direitos, serviços e condições de vida dignas, na sequência, vêm os inúmeros problemas que redundam na institucionalização.
8. Essa constatação nos leva a pensar que parte da vulnerabilidade a que estão sujeitas as crianças e adolescentes da cidade não vêm das condições individuais ou familiares, mas da exclusão que sofrem em relação aos serviços e espaços públicos. Assim, a violência é também institucional.

23 Conforme Boletim SBE 21.

9. As crianças moradoras das ocupações urbanas reivindicam o direito à cidade, não apenas a partir do direito à moradia, mas o direito à mobilidade, infraestrutura urbana, equipamentos públicos de qualidade, numa visão ampla e democrática de cidade.
10. Na análise quantitativa dos dados sobre as crianças, adolescentes e jovens residindo em áreas sem saneamento básico indica que houve diminuição dessa vulnerabilidade ao longo do período histórico. Ou seja, houve redução do número de pessoas de 0 a 21 anos cadastradas no CadÚnico sob condições de falta de saneamento e sobre aqueles sem alguma forma de saneamento²⁴.
11. Os dados mais recentes, do ano de 2022, demonstram que as pessoas sob falta de saneamento eram predominantemente as das faixas etárias de 1 a 10 anos. Além disso, sobre todas as condições de saneamento demonstrou-se caracterizações de raça/cor sobre a falta de acesso ou falta de saneamento, uma vez que as populações negras (pretas e pardas) predominaram em relação aos não acessos de água canalizada e existência de banheiro, por exemplo, além de serem as que possuíam as piores formas de coleta de esgoto, lixo e abastecimento de água²⁵.
12. No tocante à análise dos dados sobre pessoas de 0 a 21 anos residentes no município de Belo Horizonte em áreas de risco de deslizamento, de inundação e de ambos os riscos, cadastradas no CadÚnico, denota-se aumento do número de casos ao longo do período de 2017 a 2022, ainda que não se tenha dados sobre o ano de 2018²⁶.
13. Os dados de 2022 evidenciam ainda que pessoas negras (pretas e pardas) são a maioria dos residentes destas localidades de risco e que a porcentagem de pessoas negras é maior quando consideradas aquelas que residem sobre áreas de risco tanto de deslizamento quanto de inundação, do que em relação às de somente deslizamento ou somente inundação²⁷.
14. Numa perspectiva histórica dos dados para o período analisado, observa-se um padrão diferente de aumento de pessoas em áreas de risco ao longo dos anos. Entre os residentes em áreas de risco de inundação, estes possuíam tendência de diminuição e passam a crescer a partir do ano de 2020. Já em relação aos residentes em áreas de deslizamento, estes tiveram pouca diminuição antes de 2020 e passaram a ter grande crescimento após o período. Em relação aos dados sobre as pessoas vivendo sobre áreas de risco em ambas as condições, estas possuem tendência de aumento desde o início do período histórico e permaneceram constantes sobre os últimos anos. Estes dados podem indicar o aumento do número de pessoas nas condicionalidades da entrada no Cadastro Único entre os anos de 2020 a 2022, indicando possivelmente o aumento das pessoas no cadastro sobre tais áreas²⁸.

3.4 CULTURA, LAZER E ESPORTE

1. Observa-se que 89 núcleos de atividades de esporte e lazer estavam em vigência no ano de 2022, entre os quais predominam núcleos dos programas Esporte Esperança, Esporte para

25 Conforme o Boletim MPU 2.

26 Dados do Boletim MPU 5.

27 Conforme o Boletim MPU 5.

28 Conforme o Boletim MPU 5.

Todos (PET) e A rua é nossa²⁹.

2. No que tange a distribuição dos núcleos esportivos, estes estão mais presentes nas regionais Centro-Sul, Pampulha e Leste. Estes, em sua maioria (77,53%) são executados com responsabilidades compartilhadas de órgãos para além da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e foram implementados em sua maioria no ano de 2011³⁰.
3. Entre as principais atividades e modalidades desenvolvidas, estão os esportes olímpicos (44,35%), Modalidades PCD (18,55%) e Jogos e brincadeiras e atividades de lazer (11,29%)³¹.
4. Há 94 núcleos de programas sem vigência e execução na área de esporte e lazer. Ou seja, são políticas públicas, ações e projetos desativados, em sua maioria núcleos que executavam atividades de inclusão social e jogos e brincadeiras para crianças e adolescentes, principalmente situados nas regionais Pampulha (16%), Barreiro (13,8%) e Norte (11,7%), possuindo em sua maioria financiamento da SMEL junto ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente³².
5. Outro ponto que merece destaque é o excesso de ênfase no futebol como modalidade esportiva, o que torna imperativo a criação de estratégias que permitam diversificar as modalidades esportivas oferecidas nos núcleos, considerando as preferências e interesses das comunidades locais.
6. Os dados indicam uma política da secretaria voltada para atender à faixa etária de 0 a 21 anos, com programas diversificados que visam promover o esporte e o lazer como direitos fundamentais.
7. No entanto, algumas questões merecem a atenção dos órgãos públicos. Ao comparar com os resultados do Diagnóstico de 2013, observa-se que, apesar do aumento no número de eventos, o público atendido parece ter diminuído significativamente. A falta de dados desagregados dificulta uma análise precisa do perfil dos públicos atendidos, tornando mais desafiadora a formulação e implementação de políticas públicas direcionadas, especialmente para grupos em situação de vulnerabilidade social.
8. As informações disponíveis revelam desigualdades no acesso de esporte e lazer a mulheres. Sugere-se expandir programas e ações direcionados às mulheres, aumentando os esforços de divulgação e recrutamento, dado seu baixo índice de participação, especialmente em determinados programas.
9. É necessário institucionalizar políticas de inclusão não apenas em programas específicos para pessoas com deficiência, mas em todas as ações desenvolvidas pela SMEL/BH.
10. A distribuição geográfica dos programas mostrou que, em alguns casos, sua promoção não acompanha a proporção da população em determinadas regiões da cidade. Para corrigir essas disparidades, sugere-se expandir as atividades de esporte e lazer, especialmente em áreas mais populosas da cidade, para proporcionar mais oportunidades de acesso.

29 Os dados estão no Boletim CLS 3.

30 Os dados estão no Boletim CLS 3.

31 Os dados estão no Boletim CLS 3.

32 Os dados estão no Boletim CLS 3.

11. Também é importante melhorar a infraestrutura de esporte e lazer em regiões específicas da cidade, como o vetor norte (regionais Venda Nova, Norte e Nordeste), para reduzir a desigualdade na distribuição dos equipamentos públicos.
12. Frente às pluralidades das adolescências e juventudes, pudemos perceber como o tema cultura aparece de forma muito próxima, quase emaranhado com o da política e da arte em suas diferentes formas de expressão e relacionado à ocupação da cidade. A todo momento nossas equipes foram provocadas a pensar nas perguntas: qual cultura e qual arte são valorizadas pelo poder público?; e, qual arte e qual cultura os adolescentes e jovens buscam e fazem?
13. As crianças de 0 a 12 anos são pouco contempladas por projetos culturais na cidade. Há centros culturais que não contemplam essa faixa etária em nenhuma de suas atividades.
14. Os adolescentes participam ativamente de movimentos culturais de base territorial e identitária. Porém tais atividades e movimentos não têm, ou raramente têm fomento do poder público e, normalmente, não utilizam os centros culturais e outros equipamentos públicos para a sua realização³³.
15. As atividades nos centros culturais são determinadas contratualmente por parcerias público-privadas, mas têm pouca relação orgânica com os territórios e movimentos culturais da cidade. Muitas dessas atividades ficam esvaziadas por esse motivo.
16. Cria-se uma situação contraditória ao se fomentar atividades do cardápio das parcerias público-privadas pouco frequentadas, e não ter fomento, incentivo ou conexão com os movimentos culturais locais que são muito frequentados. Um exemplo dessa contradição se dá em relação à remuneração dosicineiros. Osicineiros das parcerias público-privadas ganham para realizar as atividades esvaziadas, enquanto osicineiros dos movimentos culturais que conseguem mobilizar adolescentes e jovens fazem suas atividades voluntariamente, muitas vezes colocando seu próprio dinheiro para compra de materiais necessários à realização da atividade. Em outras palavras, o financiamento e o fomento à cultura não chegam nas mãos daqueles que estão conseguindo de fato mobilizar e inovar no cenário cultural.
17. As pessoas ouvidas pelas nossas equipes desenham um cenário de grande pujança cultural e artística da cidade de Belo Horizonte. Porém, estas atividades e mobilização ficam à margem das políticas públicas oficiais, faltando-lhe fomento e reconhecimento. O carnaval de rua e o duelo de MCs debaixo do Viaduto Santa Tereza, na Regional Centro-Sul da cidade, são dois grandes eventos que surgiram dessa cena cultural marginalizada e mostraram sua força e capacidade para afetar positivamente a cidade, ganhando escala nacional e até mesmo internacional, atraindo investimentos e negócios.
18. Novamente a dificuldade imposta pela falta de mobilidade urbana e acesso ao transporte público aparece no tema dos direitos à cultura, arte, lazer e esporte. Os adolescentes afirmaram nesta pesquisa que querem estar presentes na cidade, nos eventos culturais, artísticos e esportivos e de lazer, tanto no território de origem como em outros territórios da cidade. Para que isso se viabilize de fato, é importante que eles tenham mobilidade e segurança garantidas, além de se sentirem acolhidos em qualquer espaço público e não público da cidade.

33 A análise completa dessas conclusões encontra-se nos relatórios base da Escuta dos Adolescentes e da Cartografia das Controvérsias.

3.5 ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL

1. **A concentração territorial das unidades de acolhimento institucional apresenta-se como fator preponderante para as dificuldades de retomada dos laços familiares e comunitários das crianças e adolescentes.**
2. Entre dezembro de 2022 e fevereiro de 2024, o número de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) **em situação de rua em Belo Horizonte quase dobrou**, passando de 33 para **59 pessoas**. Existe um aumento súbito e acelerado da população em situação de rua **na faixa etária dos 18 a 21 anos. Nesta faixa etária a população em situação de rua é de 140 pessoas**. Este dado pode ser interpretado à luz dos depoimentos de servidores e gestores das Unidades de Acolhimento e do Fórum de Abrigos que sinalizam para a descontinuidade no atendimento e acompanhamento dos adolescentes e jovens adultos. Essa lacuna evidenciada quantitativa e qualitativamente no Diagnóstico reforça a necessidade de políticas públicas específicas e de uma atenção especial para esse momento da vida dos adolescentes e jovens³⁴.
3. O acolhimento institucional é concebido como uma medida que deve ser temporária e excepcional, conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No entanto, o Estudo identificou que o acolhimento se transformou em uma situação permanente, uma controvérsia entre uma ação que, apesar de destinada à proteção, acaba por violar os direitos da criança ou do adolescente.
4. O entendimento de que as famílias são primordialmente responsáveis pelo acolhimento institucional contribui para a prolongada permanência em situação de abrigamento. A efetivação da proteção integral, que garanta o direito ao desenvolvimento, à liberdade e à autonomia, dificilmente é alcançada sem o devido suporte às famílias no cuidado com seus filhos e isso só é possível com uma rede de direitos que as auxilie na superação de vulnerabilidades. Nesse sentido, o Estudo aponta para a importância de políticas públicas direcionadas às famílias.
5. O Estudo assevera que as crianças em situação de abrigamento na faixa entre 07 a 12 anos estão em situações especialmente sensíveis e que essa **faixa etária estaria em um “limbo das políticas de abrigamento institucional”**³⁵. A criança dessa faixa etária precisa urgentemente ser vista e reconhecida como em transição para a adolescência, e, por isso, com demandas que lhes são peculiares. Elas necessitam de destinação de orçamentos específicos, e de investimentos em ações e atividades, tais como socialização, reforços pedagógicos e cursos de seu interesse.
6. Os adolescentes em situação de acolhimento institucional precisam de políticas públicas específicas que os ajudem no desenvolvimento de sua autonomia, a fim de que possam se preparar para a maioridade.
7. As análises realizadas nos Boletins Temáticos Quantitativos que integram o Diagnóstico apontam para a relevância da informação racial no contexto da assistência social, a qual se

34 Estas análises são apresentadas tanto no Boletim AS 3 quanto na Cartografia das Controvérsias.

35 A análise completa deste aspecto está nos relatórios base da Cartografia das Controvérsias.

faz cada vez mais crucial quando o objetivo é compreender e enfrentar as profundas disparidades raciais presentes nas condições de vida das famílias em situação de vulnerabilidade.

8. A inclusão da variável racial no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) representa um avanço significativo, mas ainda há desafios, como a falta de capacitação dos técnicos para lidar com a autodeclaração racial dos usuários e a compreensão limitada dos próprios usuários sobre as categorias raciais. Essas lacunas comprometem a qualidade dos dados coletados e dificultam a formulação de políticas públicas sensíveis à questão racial, capazes de reduzir as desigualdades estruturais e promover a inclusão social e econômica de crianças e jovens negros e pardos.
9. **Os CRAS e os CREAS são equipamentos públicos de alta relevância e reconhecimento em seus territórios que precisam ser fortalecidos principalmente por meio da valorização das equipes de profissionais, seja por meio da formação técnica, da valorização salarial e da humanização do trabalho.**
10. O Diagnóstico constatou que os **CRAS estão em número insuficiente** para cobrir as áreas da cidade com vulnerabilidades. Além disso, há diversos entraves cotidianos que impedem o acesso ao CRAS, entre os quais: o CRAS de uma regional acabava atendendo somente a um bairro ou a uma parte do bairro porque adolescentes e jovens de outras partes do bairro, mesmo que dentro da cobertura do CRAS, e pertencentes à mesma regional ou bairro, não frequentavam o equipamento por não conviverem com pessoas de territórios dominados por organizações do tráfico rivais.
11. Outro entrave é o problema da distância, do percurso e os custos dos ônibus que influenciam na acessibilidade aos equipamentos públicos. Quanto mais passagens de ônibus e maiores as dificuldades de transporte, mais caro ficará acessar o equipamento público.
12. Existe ainda uma diferença entre as áreas de abrangência dos CRAS, dos CREAS e dos Centros Culturais, que torna difícil a interação de atividades e planejamento conjunto entre eles.
13. Há necessidade de maior número de equipamentos e áreas de abrangência menos extensas, com maior proximidade e coordenação entre elas. Esses fatores contribuíram para uma ocupação cotidiana, generalizada e em maior quantidade da população a ser atendida por equipamentos como CRAS, CREAS e Centros Culturais.
14. A dificuldade de comunicação e divulgação dos eventos e atividades realizadas foi um entrave trazido tanto pelos Centros Culturais quanto pelos CRAS. Para contornar essa dificuldade, cada um desses equipamentos cria suas próprias estratégias de comunicação, o que permite que se resolvam os problemas de divulgação na prática, mas também sinaliza uma falta de fluxos, uniformização e suporte institucional às atividades dos equipamentos.
15. A divulgação de atividades e serviços dos CRAS é feita de maneira informal, sem o conhecimento técnico que teria um profissional da área da comunicação social ou afim. Então, depende muito das iniciativas intuitivas dos servidores da ponta, que se mobilizam em torno de ideias que vão surgindo no cotidiano. A improvisação, assim, traduz-se em uma perda da eficácia da comunicação. Além disso, não existe autonomia das equipes para publicar nos perfis oficiais e atualizar a informação.
16. Com base nos dados analisados no que se refere ao ano mais recente, do ano de 2022, 13 entidades realizaram o acolhimento institucional de 106 crianças e adolescentes, um número substancialmente menor que o observado no começo da série histórica (em 2012) quando

foi realizado o dobro de acolhimentos institucionais. Entre as crianças e adolescentes em acolhimento institucional em 2022, 58,5% eram do sexo feminino, 34,9% do sexo masculino e 6,6% não possuíam registro do sexo no ano de 2022³⁶.

17. Sobre os aspectos de raça/cor, aumentaram de 12% sem informação, em 2011, para 58,5% sem informação, em 2022. Destaca-se que os registros indicam grande falta de informações sobre os registros da categoria raça/cor no preenchimento das informações. É fundamental que os órgãos responsáveis pela coleta e registro dessas informações aprimorem seus processos, garantindo a qualidade e confiabilidade dos dados disponibilizados. A falta desta informação pode trazer efeitos significativos para a tomada de decisão de profissionais que atuam com o público do serviço no âmbito do SUAS e desconsiderar realidades da população infanto-juvenil³⁷.
18. Destaca-se que o abandono e devolução da guarda foram os principais motivos de acolhida no ano de 2022. Os principais motivos de desligamento foram a colocação em família substituta (32,5%) e reintegração familiar (32,5%)³⁸.
19. Na análise dos dados sobre população infanto-juvenil em situação de pobreza cadastradas no CadÚnico, destaca-se que no período de 2012 a 2022, 2.400.303 crianças, adolescentes e jovens de até 21 anos estavam registradas no CadÚnico no município de Belo Horizonte e deste total, 74,4% estavam sob a linha da miséria, isto é, possuíam renda per capita de menos de dois dólares por dia; 23,1% na linha da pobreza, ou seja, possuíam renda per capita de menos de cinco dólares por dia, e 2,5% acima da faixa da pobreza³⁹.

3.6 SEGURANÇA PÚBLICA E ACESSO À JUSTIÇA

1. Os adolescentes que estão no socioeducativo têm uma trajetória anterior de violências não apenas intrafamiliares e pessoais, como também institucionais. Eles foram excluídos de outras políticas públicas de educação, saúde, assistência social, esporte, lazer e cultura, e direito à cidade. Sua entrada na socioeducação é decorrente do acúmulo de exclusões de direitos por parte das instituições do Estado.
2. Paradoxalmente, a maioria dos adolescentes que estão no sistema socioeducativo terá acesso a seus direitos sociais pela primeira vez dentro do sistema. Assim, é comum, por exemplo, que adolescentes tenham acesso a dentista pela primeira vez com o seu ingresso no sistema socioeducativo.
3. Há um desinvestimento em assistência social e no socioeducativo em meio aberto ao passo que se investe no sistema socioeducativo em meio fechado⁴⁰, que além de ser a medida

36 Dados do Boletim AS 1.

37 Dados do Boletim AS 1.

38 Dados do Boletim AS 1.

39 Dados do Boletim AS 4. Os parâmetros de linha da pobreza e da miséria adotados no Diagnóstico são os do Banco Mundial.

40 Conforme apontado pelo relatório base da Cartografia das Controvérsias, onde esta afirmação é estudada de modo mais aprofundado.

mais excepcional, é a que tem efeitos mais excludentes para os adolescentes. A inversão dos fluxos de investimentos tornaria a política mais eficiente.

4. No socioeducativo em meio fechado, há uso excessivo de medicamentos com pouco e/ou nenhum acompanhamento médico, visando a docilização dos adolescentes. A medicalização é uma prática especialmente excessiva entre adolescentes mulheres, mas acontece também nas unidades masculinas.
5. Por outro lado, o acesso a medicamentos e tratamentos relacionados ao exercício da sexualidade, como a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, são tratados como tabus e não são fornecidos, mesmo contrariando mandamentos legais.
6. O sistema socioeducativo se organiza pela lógica das prisões, o que contraria o mandamento da Constituição Federal, sobretudo o de proteção integral e prioritária, assim como a legislação especializada vigente, a saber, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).
7. Esta forma de organização do sistema socioeducativo pela ótica da segurança pública desdobra-se na reprodução, dentro das unidades socioeducativas, dos mesmos problemas encontrados no sistema carcerário, sobretudo o da seletividade do público encarcerado, o racismo institucional e a violência policial.
8. Os dados quantitativos revelam que os adolescentes pretos e pardos estão mais propensos a serem enquadrados como envolvidos em atos infracionais, com taxas de 43% e 46%, respectivamente, em comparação com os brancos, que registram 11%⁴¹.
9. No período de 2011 a outubro de 2022, 25.598 adolescentes de 12 a 17 anos foram apreendidos pelas polícias por infrações relacionadas ao art. 33 da Lei nº 11.343/2006, ou seja, ao tráfico de drogas ilícitas. Predominantemente, os registros se referiam a adolescentes com idades entre 15 e 17 anos, totalizando 86,8% (22.221) dos registros, ao passo que os adolescentes de 12 a 14 anos representaram 13,2% (3.377) das ocorrências.
10. Os dados qualitativos apontam que ainda há uma prática nas instituições de justiça infanto-juvenil de classificar adolescentes usuários de drogas (art. 28 da Lei nº 11.343/2006) como traficantes (art. 33 da Lei nº 11.343/2006), o que redundaria na aplicação de medidas socioeducativas em meio fechado para tais casos, enquanto na justiça penal adulta a pena privativa de liberdade por uso de drogas deixou de ser aplicada por mudanças no mencionado art. 28. Essa mudança deveria repercutir na aplicação do ato infracional no sistema socioeducativo.
11. Os resultados qualitativos mostram ainda que é urgente inverter o papel que os adolescentes têm nesse cenário, montado pela lógica da guerra às drogas, com repercussões concretas e negativas no sistema socioeducativo. Os papéis subalternos que os adolescentes ocupam não os colocam como criminosos e mentores do tráfico, mas na situação de trabalhadores explorados por adultos.
12. Assim, o tráfico de drogas praticado por menores de 18 anos tem que ser tratado como trabalho infantil, direcionando as consequências penais e trabalhistas para os adultos, e dando assistência social, saúde e educação para as crianças e adolescentes. É preciso lembrar que

41 Conforme os dados do Boletim SGD 5.

a meta 8.7 da Agenda 2030, vinculada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecido no Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), é a erradicação do trabalho infantil e o acesso ao trabalho digno, que respeite as faixas etárias e o desenvolvimento.

13. A distribuição racial dos adolescentes apreendidos por tráfico de drogas indica a predominância de pessoas pardas (55,6%) e pretas (25,3%). Além disso, nota-se que 7,0% (1.790) dos cadastros não têm registro de raça/cor dos envolvidos, dificultando a execução de uma análise adequada do perfil dos adolescentes⁴².
14. No que diz respeito aos homicídios, as taxas de vitimização são significativamente mais altas entre os jovens pretos e pardos, com 27% e 51%, respectivamente, em comparação com os brancos, que registram 12%⁴³.
15. Existe um consenso entre as pessoas ouvidas pelas equipes do Diagnóstico sobre as dificuldades na organização e oferta de serviços no sistema socioeducativo, bem como na falta de investimento em esporte, lazer e cultura para os adolescentes, fatores que são vistos como formas eficazes de prevenir a reincidência no sistema mais restritivo.
16. O programa "Novo Socioeducativo", que propõe investir em novas unidades em meio fechado executado por parcerias público-privadas, é defendido pelo atual Governo do Estado, que planeja a expansão desse sistema. O resultado do Diagnóstico aponta preocupações de que o "Novo Socioeducativo" esteja seguindo uma abordagem seletiva, que mimetiza o sistema prisional, direcionando um modelo de encarceramento em massa de jovens negros e pobres, e contrariando os preceitos legais e constitucionais do país. Além disso, há temores de que o programa resulte em uma precarização das condições de trabalho dos servidores públicos e agentes parceiros da política pública envolvidos, e na perda da memória institucional das práticas na política pública.
17. Esta conclusão do estudo coincide com a nota técnica emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) sobre os riscos do programa "Novo Socioeducativo", incluindo o descumprimento de normas orçamentárias internacionais e a falta de comprovação da eficácia da transferência da gestão para o setor privado. Além disso, e em sintonia com o Diagnóstico, o parecer do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura expressa preocupações com a dignidade dos adolescentes e a falta de garantias legais no modelo proposto.
18. Essas conclusões e controvérsias destacam os desafios e preocupações em torno do "Novo Socioeducativo", enfatizando a necessidade de uma análise cuidadosa dos impactos potenciais dessa iniciativa sobre os direitos dos adolescentes, a eficácia das políticas públicas e as condições de trabalho dos profissionais envolvidos.
19. A questão da privação de liberdade provoca, via de regra, um adoecimento psíquico e, às vezes, físico. Muitos adolescentes chegam às unidades de privação de liberdade com questões graves de saúde mental e/ou física, sem haver recebido diagnóstico e tratamento adequado ao longo da vida. Essa medida socioeducativa deve ser repensada, considerando

42 Conforme o Boletim CA 16.

43 Segundo o Boletim SEG 1.

que muitas vezes ela é o reflexo do racismo institucional e da criminalização de uma das piores formas de exploração do trabalho infantojuvenil, como a inserção no tráfico de drogas.

3.7 PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO DO TRABALHO E DA RENDA

1. Os adolescentes desejam trabalhar e dependem do acesso ao trabalho em virtude de responsabilidades assumidas junto à família. As oportunidades de trabalho para jovens no mercado regular são escassas e com baixos salários. Os jovens preferem se submeter aos riscos em trabalhos não protegidos pelas leis trabalhistas para ganhar mais, poder manter um aluguel e auxiliar ou sustentar suas casas.
2. Os adolescentes institucionalizados recebem pouca ou nenhuma formação e preparação para o mundo do trabalho e para a continuidade de seus estudos. Os adolescentes que têm longa permanência nas unidades de acolhimento institucional saem assim que fazem 18 anos com pouco ou sem qualquer acompanhamento para reestruturarem sua rotina como jovens adultos. A maioria fica em situação de rua ou é aliciado para o tráfico de drogas.
3. As manifestações das artes e da cultura constituem um mercado com vastas oportunidades de trabalho qualificado e poderiam representar boas soluções para os jovens, especialmente se recebessem maior atenção das políticas públicas, sendo fomentado com volume de investimento mais adequado. Assim, por exemplo, jovens que circulam nos cenários das artes e da cultura em apresentações de *Slam* e *Hip-hop*, acumulam suas atividades com a faculdade, o trabalho informal ou formal, todos ainda buscando uma estabilidade financeira.
4. Os participantes do Ballet Jovem – importante grupo de formação na área de dança do país e um exemplo de boas práticas na política de cultura – estão inseridos num processo de formação profissional bastante específico. Essa promessa de trabalho num campo tão específico exige grande dedicação, o que muitas vezes impede a inserção de todos em trabalhos formais. Durante a pandemia as diferenças econômicas entre os bailarinos se acentuou. Iniciativas como estas precisam levar em consideração o grau de dedicação e fomento necessário ao processo formativo e profissional.
5. **Cabe reconhecer o papel desempenhado pelos CRAS, no quesito acesso ao mercado de trabalho. A insuficiência dos CRAS na cidade de Belo Horizonte deixa desassistidas muitas áreas vulneráveis do município e isto se reflete fortemente na profissionalização e no trabalho, tendo em vista o papel destacado desse equipamento público nessa seara.**
6. Na maioria das vezes, os cursos profissionalizantes oferecidos não têm nenhuma relação com os interesses e os desejos de adolescentes e jovens, e, além disso, tendem a servir para perpetuar um lugar de subalternidade dos jovens periféricos que desprezam potencialidades e desejos dos adolescentes. Nesse sentido, recomendamos o investimento em cursos profissionalizantes com mais variedade, mais fortalecidos em termos de seus suportes e que reflitam o interesse dos adolescentes.
7. O engajamento dos adolescentes no trabalho com o tráfico de drogas deve ser considerado efeito da exclusão social que afeta jovens e suas famílias periféricas na garantia de direitos básicos. Por isso, o trabalho de adolescentes no tráfico não deve ser abordado pela vertente da criminalização do jovem, mas, sim, pela vertente de sua proteção contra a exploração de

sua mão de obra. Nesse sentido, o trabalho infantojuvenil deve favorecer o jovem, de modo que ele possa se encontrar dignamente na estrutura social do trabalho, evitando-se o grave erro de uma sociedade que só o criminaliza e o culpabiliza antes de garantir as condições para que ele se responsabilize por seus atos como sujeito e como cidadão. Assim, sugere-se enfrentar o problema por meio de políticas públicas que reconheçam a cidadania dos adolescentes e jovens, respondendo à forma grotesca de exploração do trabalho infanto-juvenil.

8. Sobre adolescentes inseridos em programas de trabalho protegido, dados fornecidos pelo PPAT possibilitaram elaborar o perfil mais comum entre os trabalhadores. No período de 2014 a 2022, os 643 adolescentes e jovens eram predominantemente do sexo masculino (53,2%), pardos (53,7%) e com idades entre 15 e 17 anos (97%), cursando o ensino médio (61,1%). Ademais, a maioria apresentava trajetória de trabalho infantil (54,0%), recebia o Bolsa Família (15,6%) e estava cadastrada no CadÚnico (24,9%). Quanto ao motivo de desligamento dos contratos inativos, as razões predominantes eram devido ao encerramento do contrato (67,7%) e demissão sem justa causa (22,2%)⁴⁴.

3.8 CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

O direito à convivência familiar e comunitária é garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a esses sujeitos de direitos. A família é reconhecida como espaço privilegiado para a promoção do desenvolvimento e da socialização das crianças e adolescentes, sendo também compreendida como lugar de afeto e de proteção. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a família é conceituada como conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos, e, ou de solidariedade. Portanto, o marco legal vigente no Brasil toma como pressuposto a diversidade das configurações familiares e reconhece direitos iguais a todas elas, sejam nucleares, monoparentais, homoparentais, ampliadas, entre outras.

1. O espaço familiar e comunitário pode ser um lugar de acolhimento e de crescimento, mas também pode ser um lugar de muitos conflitos que devem ser enfrentados continuamente a partir do diálogo. A posição de crianças e adolescentes como sujeitos em desenvolvimento requer que eles sejam reconhecidos e se tornem responsáveis pela sua palavra e por seus atos, respeitadas as diversas etapas, maturidade, linguagens e visões de mundo. Nesse sentido, a **convivência familiar e comunitária pressupõe a comunicação e a participação**, que será desenvolvida a seguir.
2. Os adolescentes, em sua maioria, não se sentem escutados. Eles reforçam isto com expressões como: “se minha mãe, que é minha mãe, não me escuta, quem irá escutar?”, “o diálogo não flui”; ou: “ninguém escuta ninguém”. **Eles constatarem que suas ideias e percepções são desconsideradas, não somente dentro da família, como também em outros espaços de convivência.** A escola é um desses espaços citados por eles e a ausência de escuta apontada como um dos motivos de seu afastamento.
3. Eles indicam também a sua dificuldade de se relacionar com a família, as dificuldades em

44 Conforme o Boletim QTR 5.

abordar temas como racismo, assédio sexual, violência de gênero e religião. Segundo os adolescentes suas queixas acabam retornando como lições de como eles devem se comportar, onde eles devem ir, o que e como eles devem se vestir. Nesse contexto, muitas vezes, ao sofrerem alguma violência, as vítimas passam a ser consideradas as causadoras da violência sofrida.

4. As dificuldades encontradas nas relações intrafamiliares e as violações de direitos que possam delas advir não podem ser lidas fora dos contextos espaço-temporais em que ocorrem. Assim, não se resumem a questões individuais ou a particularidades pessoais. Elas estão inseridas nos contextos de desigualdades e violações de direitos sociais, compreendidas no interjogo entre o individual e o coletivo. É preciso não concluir precipitadamente sobre o funcionamento de uma família; é preciso entender, compreender e respeitar as particularidades de cada uma, suas condições subjetivas e suas determinações sociais.
5. A valorização da identidade étnico-racial na relação com a ancestralidade africana se mostrou especialmente presente no caso de entrevistas com crianças quilombolas. As dimensões étnicas da experiência da infância na cidade também se mostraram centrais na escuta das crianças Warao, grupo indígena venezuelano, que imigrou para Belo Horizonte.
6. Outro aspecto complexo da convivência familiar e comunitária abordada no Diagnóstico refere-se aos casos de retiradas de bebês de suas mães vulnerabilizadas. Os casos foram discutidos com a rede de saúde e assistência social, além das próprias mães que tiveram os seus bebês retirados fora do fluxo legal e acolhidos institucionalmente. Sobre essas situações que podem envolver a destituição de poder familiar, a equipe de pesquisa recebeu relatos de situações de mulheres, adolescentes e adultas que sofreram violências e violações de direitos relativos à maternidade e ao convívio com seus bebês, configurando um conjunto regular de casos e uma forma de funcionamento dos fluxos em desconformidade com a Portaria Conjunta SMSA/SMASAC nº 0001/2017.
7. Esses casos envolvem a separação e retirada de bebês de suas mães no pós-parto em maternidades da cidade. Os bebês foram encaminhados para unidades de acolhimento, sem o devido respeito aos procedimentos e às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além da citada portaria conjunta. Conforme as diretrizes legais, todos os casos devem ser discutidos amplamente com a rede e com os serviços que tenham acompanhado as gestantes e suas famílias. O encaminhamento do(a) bebê somente deve ser feito para uma unidade de acolhimento quando esgotadas todas as possibilidades de manutenção da criança com a mãe e com a família extensa.
8. Outro ponto destacado no Diagnóstico é o pano de fundo das intersecções de raça e classe que envolvem a retirada dos bebês de suas mães e famílias. O que não se pode perder de vista é que toda aplicação de medida protetiva de abrigo de bebês e crianças que seja motivada por qualquer tipo de discriminação consiste, na verdade, em graves violações e negativas sistêmicas contra uma parcela vulnerabilizada da população do gozo ao direito à preservação e ao fortalecimento dos seus vínculos familiares e comunitários, além de ferir gravemente os princípios da excepcionalidade e/ou da provisoriedade do afastamento do convívio familiar⁴⁵.

45 Uma análise detalhada dos casos e da inversão dos fluxos legais e institucionais de acolhimento está nos relatórios base da Escuta dos Adolescentes e da Cartografia das Controvérsias.

9. Finalmente, neste ponto ressaltamos que o atendimento à demanda para frequentar espaços de lazer, cultura, arte, esporte e instituições sociais contribui para o fortalecimento de vínculos sociais e familiares das crianças, dos adolescentes e dos jovens. Apesar de vários adolescentes mencionarem que preferem “conviver somente entre eles e também de forma individual mesmo”, outros citam grupos dos quais fazem parte.
10. Os grupos de WhatsApp são citados por eles como uma forma de encontrar pessoas que têm os mesmos interesses, como por exemplo o caso dos metaleiros, de *cosplays* e também dos chamados “excluídos dos excluídos”. A participação em grupos se dá através da identificação e do interesse por questões políticas, como o de grupos de mulheres que utilizam bicicletas para se locomoverem e discutem a mobilidade urbana, preço da tarifa de ônibus, as ciclovias e a acessibilidade. Outros criam grupos “particulares” para poder pesquisar sobre alguns temas e transmitir os achados por meio da arte, transformando-os em espetáculos ou em palestras. Um dos jovens criou um núcleo de pesquisa e investigação em artes, e fala de um dos resultados de sua pesquisa: “recentemente nós apresentamos um espetáculo com a pesquisa sobre o ritmo do *funk*, o que originou o *funk*, e a gente traçou todo o percurso dele desde a pré-colonização até os dias atuais”.
11. Alguns adolescentes utilizam ademais a própria rua para se encontrarem e jogarem futebol ou soltarem pipa. Esses encontros e espaços de convivência também ocorrem institucionalmente, por meio de grupos como os do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos existentes (SCFV), executados nos CRAS. Outro jovem mencionou ter um grupo que realiza aulas de violão. Outro ressalta a importância de “compartilhar a sua história, as experiências. Nem que seja, sei lá, uma agulha de conhecimento. É tipo... pequenininho, mas pelo menos, sabe? Tem alguma coisa ali”. E, conclui: “todo mundo é diferente, você já vê essa ideia, mas é um pensamento diferente”.
12. Em relação às configurações familiares da cidade, elas estão se diversificando, com uma redução nas famílias nucleares e estendidas e um aumento nas famílias unipessoais. Essas mudanças podem refletir transformações sociais, econômicas e culturais na cidade e têm implicações importantes para políticas públicas relacionadas à habitação, assistência social e bem-estar familiar⁴⁶.

3.9 PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

A participação e o controle social são premissas legais das políticas públicas democráticas. Existe um desafio relacionado à efetividade da participação e do controle social nas estruturas oficiais, bem como a permeabilidade entre os espaços institucionais e informais de deliberação e de tomada de decisão. Além disso, a participação efetiva de crianças e adolescentes nas políticas públicas é apontada como um desafio metodológico e prático. A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) apontam a participação infanto-juvenil como um direito de todas as crianças e adolescentes, reconhecendo-as como sujeitos capazes de expressar opiniões e interpretar a realidade. Assegurar formas de

46 Ver o Boletim CFNS 3.

participação que considerem as singularidades das suas formas de expressão é um desafio que foi enfrentado neste trabalho, com o qual aspira-se contribuir na construção de mecanismos de promoção da participação infanto-juvenil.

Nesse sentido, a participação é um tema transversal que atravessa a discussão sobre violência e sobre direitos e o Diagnóstico aponta para a importância de repensar e fortalecer os mecanismos de participação e controle social nas políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, visando garantir uma democracia mais inclusiva e participativa.

1. A participação e o controle social são pilares democráticos. As pessoas ouvidas pela equipe do Diagnóstico ressaltam a importância da democracia, e destacam o diálogo, o consenso, e o dissenso como componentes essenciais ao aperfeiçoamento das políticas públicas. Isso evidencia a necessidade de garantir a participação e o controle social nas políticas públicas, conforme estabelecido pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
2. Sobre a organização e representação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/BH), a pesquisa destaca a sua composição, na qual metade dos membros é do governo e a outra metade da sociedade civil. No entanto, questiona-se sobre a representação efetiva dos usuários da política, crianças, adolescentes e suas famílias. Além disso, também é apontada a lacuna de representação da academia e de movimentos sociais com conexões orgânicas com os diversos territórios da cidade e independentes de vínculos contratuais com a Prefeitura.
3. Alguns dos desafios para a efetiva participação e controle social nas estruturas oficiais são apontados, entre os quais, a falta de diálogo entre os diferentes órgãos, a desmobilização, e enfraquecimento dos espaços de discussão e deliberação ganham destaque. A ausência de mecanismos para a participação direta de crianças, adolescentes e famílias em espaços como o CMDCA/BH, comitês, conselhos e fóruns também são colocados no Diagnóstico como um ponto de atenção.
4. O estudo apresenta entraves materiais à participação de crianças e adolescentes que se colocam no cotidiano e que impedem que crianças e adolescentes acessem serviços e espaços públicos, sendo o transporte coletivo um dos elementos mais destacados pelas pessoas ouvidas no Diagnóstico.
5. Os espaços da escola, da cultura, do lazer e do esporte, assim como o da saúde, são apontados como centrais ao cotidiano por crianças, adolescentes e suas famílias. Estes espaços são importantes para a participação infanto-juvenil.
6. Os modos e espaços institucionais de participação são lidos como adultocêntricos, o que coloca o desafio de pensar outras formas e linguagens que respeitem os modos de ver e estar no mundo de crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, os espaços de participação devem promover o diálogo intergeracional.
7. Por outro lado, há uma demanda pelo direito de ser adolescente e ser um pouco criança: direito de soltar pipa, de aprender coreano, de viajar. Numa entrevista realizada no Programa Janela da Escuta, um adolescente nos diz que seu desejo é ter “desejo infinito”. Observamos um desejo vivo de estar na escola (não necessariamente na que se materializa no cotidiano), de frequentar os espaços da saúde, de serem escutados de fato.

8. Participar, ser escutado e levado a sério, e poder dialogar são fatores centrais para garantir o direito à convivência familiar e comunitária de crianças, adolescentes e jovens. A comunicação se refere a uma via de dois sentidos, abarcando um compartilhamento do que é dito, ou seja, uma comunicação que não ocorre sem a relação entre quem diz e quem acolhe o que foi dito. Propomos, então, pensar a comunicação não somente a partir da ótica do direito ao dizer, mas também em relação ao direito de ser ouvido, ponto basal de toda convivência.
9. Quando o acesso a direitos básicos como saúde, educação e lazer é precário, maior ainda é a dificuldade de concretização do direito à participação infanto-juvenil. Ao mesmo tempo, a possibilidade de efetivação de seu direito de participação está nas práticas diárias nas comunidades, nos bairros e nas instituições das quais as crianças fazem parte, quando são ouvidas sobre seu cotidiano e seus desejos, sentimentos e opiniões sobre a realidade que vivem.
10. A importância dada à participação da criança na gestão dos seus direitos reflete uma perspectiva de descentramento do governo da infância pelo Estado para a governança compartilhada com a sociedade civil. Por conseguinte, neste trabalho o protagonismo na conquista dos direitos das crianças, entendidas como plenos atores políticos, sinaliza um modelo de participação não como processo formativo a ser exercido na vida adulta, mas como dimensão inerente à sua experiência social.

3.10 GESTÃO E ORÇAMENTO PÚBLICOS DAS POLÍTICAS DE CRIANÇA E ADOLESCENTE

O Diagnóstico conclui que há uma relação entre precarização e transição para um modelo de execução indireta dos serviços públicos. Esse modelo, baseado na gestão gerencial, promove a contratualização entre o Estado e entidades privadas, o que, por sua vez, contribui para a precarização dos serviços. Essas conclusões apontam para os desafios enfrentados no contexto da transição para um modelo gerencial na prestação de serviços públicos, destacando os impactos negativos sobre as condições de trabalho, a memória institucional, a formação profissional e a laicidade dos serviços.

1. A pesquisa descreve um ciclo em que a precarização dos serviços públicos leva à financeirização desses serviços, seguida por uma disputa no mercado, resultando em salários mais baixos e piores condições de trabalho. Isso cria um ciclo vicioso de precarização contínua.
2. Exemplos específicos que ilustram como a precarização afeta diferentes setores são analisados nos Centros Culturais e nos Centros de Referência de Assistência Social (CREAS). A falta de autonomia na seleção de atividades culturais e na apropriação de metodologias desenvolvidas no setor público são destacadas como consequências desse modelo de execução indireta.
3. O modelo de gestão gerencial não tem conseguido articular redes de atenção e espaços de formação intersetoriais, descentralizados, focados na diversidade territorial, democráticos e participativos.
4. O Diagnóstico aponta para uma diminuição do controle social nos Conselhos Tutelares, sugerindo que o modelo de execução indireta aplicado nas diferentes áreas das políticas públicas

de crianças e adolescentes afasta esses órgãos de seu papel fundamental na proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

5. Destaca-se um alerta sobre a descontinuidade das políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para crianças e adolescentes. A falta de dados consistentes e o afrouxamento do controle social são sintomáticos dessa fragilização e indicam a necessidade de medidas para reverter essa tendência.
6. O modelo de prestação indireta de serviços públicos gera assimetrias entre os servidores de carreira e os prestadores de serviços, resultando em disputas internas sobre o tratamento dado para o exercício das mesmas funções. Isso é exemplificado pela discrepância salarial entre servidores públicos de carreira e empregados de entidades parceiras, levando a uma alta rotatividade destes últimos devido aos baixos salários e à falta de estabilidade.
7. A prestação indireta de serviços leva a uma redução nos salários médios e piores condições de trabalho para os profissionais envolvidos. Exemplos incluem educadores sociais que recebem salários muito abaixo do praticado para servidores públicos de carreira, levando a um alto grau de desgaste emocional e físico.
8. A rotatividade de pessoal devido à natureza dos contratos de curto prazo com entidades privadas resulta na perda de memória institucional, enfraquecendo a avaliação das práticas e a continuidade das políticas públicas.
9. A falta de investimento em capacitação e formação contínua dos profissionais contribui para a precarização do serviço público, comprometendo a eficácia das políticas implementadas.
10. A utilização de critérios religiosos para acesso aos serviços públicos e a imposição de práticas religiosas em detrimento da laicidade dos serviços são destacadas como problemas, afetando o acesso universal às políticas e ferindo a laicidade do Estado.
11. O Diagnóstico aponta uma contradição entre os valores religiosos de algumas das entidades que prestam serviços por parceria público-privadas e a precarização das condições de trabalho que ocorrem quando essas entidades assumem a gestão de serviços públicos.
12. O Diagnóstico descreve práticas de assédio moral religioso, especialmente contra mulheres mães de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, julgando suas práticas religiosas e colocando-as em risco social.

Sugestões para a formulação e implementação de políticas públicas



4.1 PRINCÍPIOS DE BOAS PRÁTICAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1. Uma boa política pública tem condução estatal e está subordinada a princípios de administração pública que resguardam os objetivos coletivos da política.
2. Os espaços públicos precisam ser adequados e readequados de acordo com um levantamento das demandas e necessidades locais.
3. Os fluxos de trabalho em rede e interseccionais têm que ser estimulados e organizados, sendo a descentralização e o matriciamento ferramentas centrais a essa articulação.
4. Há que se manter a laicidade das instituições e dos procedimentos praticados pelos servidores públicos e pelos agentes econômicos envolvidos na aplicação das políticas públicas, incluindo parcerias público-privadas.
5. Há que se criar e se fortalecer mecanismos de escuta dos sujeitos, sobretudo de crianças e adolescentes.
6. Há que se prezar pela transparência orçamentária, fornecendo informações claras e acessíveis e otimizando o uso dos recursos públicos destinados.
7. Há de se priorizar a gestão democrática pelo fortalecimento de fóruns, conselhos, comitês, espaços públicos de escuta e de discussão de casos.
8. Os registros administrativos públicos sobre crianças e adolescentes são instrumentos base para a formulação de políticas públicas. Há que se investir em dados quantitativos de

qualidade, capacitação para sua coleta, e aplicação de índices que permitam medir e monitorar as políticas públicas.

9. O racismo deve ser o ponto principal da pauta intersetorial, provocando uma reflexão sobre o racismo estrutural e o institucional que provocam segregação, silenciamento, encarceramento e morte de crianças, adolescentes e jovens negros.
10. A interseccionalidade das violências estruturais de raça, classe e gênero evidenciam a necessidade de políticas públicas proativamente antirracistas, anti-classistas, anti-capacitistas e anti-desigualdades de gênero e sexualidade. As políticas públicas devem considerar e medir o impacto desses marcadores sociais de exclusão e monitorar as mudanças que esses marcadores teriam sobre sua execução.

4.2 ALGUNS RECADOS DOS ADOLESCENTES⁴⁷



Figura 1 - Adolescente vestindo camisa com o bordado “Sobrevivente”.

Fonte: Foto de Guilherme Fernandes – Acervo da pesquisa.

“Os adultos raramente escutam os jovens, geralmente julgam e se acham melhores. Não querem saber de nada sobre a gente.”

“Queria menos cadeia e mais escolas.”

“Se você é negro, ou você é ladrão, ou você é macumbeiro, porque os africanos fizeram a macumba.”

“Se eu fosse Prefeito gostaria de acabar com o preconceito racial no mundo.”

“Adolescente também morre.”

⁴⁷ Trata-se de uma seleção de algumas sugestões feitas pelos adolescentes. A íntegra das sugestões dos adolescentes está no Relatório Base da Escuta dos Adolescentes.

“Por que as pessoas, o governo, desistem da gente ao invés de nos ajudar?”

“A escola não tem biblioteca, mas tem câmara em salas de aula.”

“A escola não é bem projetada, deveria ser um lar, mas é uma prisão.”

“Melhor preparo dos profissionais dos Conselhos Tutelares, pois muitas intervenções são equivocadas.”

“Os técnicos [do abrigo] devem ser humildes, ter experiência, formados em psicologia, não ‘aperriar’, só fazer o trabalho, que respeitem as famílias deles.”

“Aumento de equipamentos como o Miguilim, pois lá há respeito pelos adolescentes e liberdade.”

“Construir casa para os moradores de rua, abaixar o preço do aluguel!”

“Ninguém sabe porque tem muita gente de menor aí ficando grávida, parando de estudar... então é muito bom. Uma menina da nossa sala acabou de ganhar um filho na semana passada. A gente não fica confortável, porque a gente é mulher, a gente não fica confortável. Olha só, pra orientar, né? Tem umas coisas que dá pra perguntar.”

“[...] mas hoje eu não consigo começar uma outra graduação, porque eu tenho que trabalhar, entendeu? E eu acho que isso falta, esse incentivo pra poder estudar, pra poder ter um trabalho melhor, pra poder ter uma graduação, um mestrado, um pós-doutorado, porque a gente não consegue ter isso.”

“A gente subestima a nossa potência enquanto juventude. A gente precisa entender e unir forças para mudar as coisas. Vai ser difícil, mas vou protestar para que as coisas mudem e aconteçam de fato. Somos tratados como aqueles que fazem baderna, que não funcionam, somos diminuídos.”

“Por que só temos aula de sociologia e filosofia no ensino médio? Por que já não vem desde antes, para construir uma criança pensante e não uma máquina? Criar pessoas com senso crítico... Geralmente as crianças só copiam o que o professor coloca no quadro. Qual a qualidade do ensino de orientar sobre violência, sobre direitos, sobre senso crítico? E há o entendimento do brasileiro de que o direito é um presente. Fazer o mínimo é um presente, não me violentar é um presente. Ter direito a moradia, a ter comida, tá lá na Constituição, né? A questão é executar os direitos e eles serem garantidos para a população.”

“A cidade deveria ter mais escolas de tempo integral com projetos, aula de dança, aula de livro, artesanato, e não somente estudo, como acontece em algumas. Isso ajuda no futuro. Na nossa escola temos inglês, teatro, passeios pela cidade. A escola leva ao museu, teatro, museu de arte. Toda sexta-feira tem passeios diferentes.”

“É muito difícil convencer a família do seu trabalho dos sonhos. Jovem não é levado a sério quando fala que quer trabalhar com arte. A família pensa que isso não dá futuro, não dá dinheiro. Muitas pessoas não estão produzindo arte e estão trabalhando com outros empregos que não têm nada a ver com o que eles querem. Os jovens acabam em subempregos, ganhando R\$ 700,00. Se a pessoa não tem cabeça boa acaba indo pro caminho errado. Há muitos casos desses jovens em que a família é desestruturada e, isso acaba piorando a situação. O Hip-hop, às vezes, faz um papel de pai ao acolher esses adolescentes e jovens.”

4.3 ALGUNS RECADOS DAS CRIANÇAS⁴⁸

“Eu acho que racismo é coisa de adulto, porque criança quer saber mesmo é de brincar com criança (Sol, menina, 6 anos, autodeclarada branca, Centro Pedagógico).”

“Zoar pessoas negras é muito ruim. Às vezes, aqui na escola me zoam porque acham que só porque eu sou preta, também sou pobre (Liz, menina, 6 anos, autodeclarada preta, Centro Pedagógico).”

“Mas você é pobre? (Luna, menina, 6 anos, autodeclarada preta, Centro Pedagógico).”

“Não, sou poderosa! (Liz, menina, 6 anos, autodeclarada preta, Centro Pedagógico).”

“Eu acho que o mundo precisaria de água, de eventos e produtores de candomblé, de menos preconceito e mais amor e menos marmotagem e mais mãos de santos. (Lucas, menino, 9 anos, heterodeclarado preto, Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango).”



Figura 2 - Imagem produzida a partir de diálogo sobre a obra literária “Amoras”, de Emicida. Contexto: Centro Pedagógico - UFMG.

Fonte: Menina, 6 anos, preta.
Arquivo de pesquisa.

Carta ao Prefeito produzida pelas crianças da Ocupação Rosa Leão

“Belo Horizonte
Data 09/08/2023

Querido Prefeito,

Em nome das crianças do Bairro Rosa Leão, gostaríamos que melhorassem o horário dos ônibus e também que colocassem telhado nos pontos porque ficamos em pé até o ônibus chegar. Os preços estão um absurdo e o arroz está quase 20,00 reais. Queríamos também que melhorassem o lanche da escola. Queríamos que você

48 Trata-se de uma seleção de algumas sugestões feitas pelas crianças. A íntegra das sugestões das crianças está no Relatório Base da Escuta das Crianças.

colocasse ônibus escolar porque tem algumas pessoas que moram em lugares que não para ônibus e não tem condições de pagar um escolar. Queremos um lugar de lazer para as crianças mais perto, com telhado com sombra, bebedouro, brinquedos para crianças maiores de idade, proteção da polícia.

Queremos câmeras nas ruas pois está tendo muito roubo, ruas asfaltadas, tem algumas ruas que estão muito escuras e está tendo estupro de crianças. Tem uma moradora que está precisando muito de ajuda, porque a casa está muito perigosa e ela tem crianças, algumas pequenas, ela precisa de pedreiros para ajudar. Colocar pontos de ônibus mais perto porque andamos muito até lá.

Se você puder fazer isso, nós aqui da ocupação Rosa Leão vamos ficar muito gratos. Vamos continuar cobrando e com raiva de você.

Obrigado pela atenção!

Assinado: Crianças tristes da ocupação Rosa Leão.”

4.4 AÇÕES, BOAS PRÁTICAS E PROJETOS REPLICÁVEIS E EXITOSOS

4.4.1 EDUCAÇÃO

1. Fortalecer as ações de ampliação da jornada escolar por meio de projetos de educação integral. O Programa Escola Integrada é a política pública mais bem avaliada e elogiada pelos participantes do Diagnóstico. Ela é reconhecida por quem já passou e vivenciou a experiência. Alguns dos pontos positivos mencionados pelos próprios adolescentes são: o acesso a atividades extracurriculares; o horário estendido de 07h às 17h20min; excursões e visitas a museus; entre outros. Além disso, é preciso considerar as especificidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Nesses casos devem ser consideradas as características das crianças conforme a faixa etária e a presença ou não de deficiência, ou outra condição que afete suas formas de participação; necessidades e demandas das famílias; definição de profissionais para atuarem na extensão de jornada considerando as necessidades, demandas e características das crianças; estratégias de gestão do tempo escolar de modo a assegurar a riqueza de experiências e o bem-estar infantil; propostas que expressem sentidos territorializados para as experiências do tempo escolar ampliado.
2. O Projeto Câmara Mirim desenvolvido na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte adolescentes das escolas – em sua maioria, da rede pública municipal –, discutem temas de seus interesses e que ganham materialidade na forma de projetos, posteriormente encaminhados aos vereadores ou ao executivo municipal. Os projetos⁴⁹, depois de lidos por todos, são votados em sessão solene que ocorre no próprio salão de votação dos vereadores após defesas e críticas. Esta forma de participação, embora desenhada a partir de um modelo

49 Todos os projetos aprovados no curso da realização do Diagnóstico foram anexados ao Relatório de Escuta dos Adolescentes.

adultocêntrico de representatividade, é apropriada de maneira original e dinâmica pelos adolescentes. Nos projetos debatidos ao longo do período de realização da pesquisa foi possível perceber como os adolescentes se mostram especialistas de si⁵⁰, e conseguem articular propostas que sinalizam claramente para os adultos quais são as principais preocupações políticas, institucionais, sociais e culturais que devem reverberar na política pública com crianças e adolescentes.

3. Dentre os projetos aprovados pela Câmara Mirim em 2023, destacamos o Projeto nº 4/2023 que estabelece a inclusão da Educação Profissional na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte; e o Projeto nº 12/2023 que institui a Educação Antirracista nas escolas do Município. Este último, por exemplo, aprovado em 25 de outubro de 2023 pela Plenária dos vereadores-mirins, vai ao encontro das conclusões trazidas por este Relatório Diagnóstico. O projeto visa instituir a Educação Antirracista nas escolas, promovida por meio de cartazes que divulguem conceitos antirracistas, rodas de conversa entre vereadores-mirins, alunos, professores, coordenadores e diretores das escolas, pais e mediadores. O projeto que estrutura a inclusão da Educação Profissional na Rede Municipal também tem aportes importantes que vão ao encontro das conclusões deste estudo no que se refere à profissionalização e valorização do trabalho e da renda, enfrentando um dos fatores mais graves quando se trata da evasão escolar: a questão da desigualdade econômica. Recomendamos que os Projetos sobre Educação Antirracista e sobre Educação Profissional sejam também apreciados e aprovados na Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte.
4. Por fim, além dos Projetos de Lei, os vereadores-mirins também elaboram Indicações⁵¹ que, por dependerem de verba para serem implementados, são encaminhadas diretamente ao Executivo Municipal. Nesse caso, o destaque vai para a Indicação n. 4/2023, que sugere ao Executivo que, “por meio de seu órgão competente, institua a Política Municipal de Acompanhamento Psicológico e Social nas escolas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-BH), tendo como público-alvo educandos, educadores e demais profissionais da educação da RME-BH”. A ideia inclui concurso público para contratação de “equipe diversificada e multidisciplinar composta por psicólogo(a) escolar, psicólogo(a) clínico(a), psicopedagogo(a) e assistente social, em um ambiente previamente definido na escola para atendimento, que contenha: a) sala de recursos; b) sala de respiro; c) sala de descanso”. Recomendamos expressamente a aprovação e a implementação dos Projetos e Indicações elaborados pelos vereadores-mirins para os poderes Legislativo e Executivo. Lembramos ainda que esta reivindicação apareceu enfaticamente na 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte.
5. Reivindicação dos espaços para discussões culturais, religiosas e sociais foram recorrentes ao longo do Diagnóstico. Um adolescente, ligado ao movimento cultural Duelo de MCs, traz a proposta de uma reestruturação na grade curricular que abarque as suas origens, citando como exemplo as batidas do *funk*, que são de origem africana. Defende ainda que haja conteúdos que contemplem nossa cultura latino-americana. Além disso, propõe que as escolas preparem seus amigos para o mercado de trabalho: “tratar de forma mais adequada, na educação, de temas importantes da nossa cultura, tais como as culturas de matriz africana e

50 Conceito desenvolvido ao longo do Diagnóstico.

51 A íntegra está no Anexo 6 do Relatório da Escuta dos Adolescentes.

dos povos indígenas para que, desde a mais tenra idade, as crianças e adolescentes possam ser melhor orientados, de forma a reduzir o preconceito e os estereótipos; porque, inclusive, é necessário esse preparo, debate e cursos aos profissionais que ali atuam”. Ele traduz uma proposta muito presente da necessidade de que a escola possa dedicar espaço para discussões culturais, religiosas e sociais, especialmente aquelas oriundas de povos ancestrais, bem como sobre aspectos políticos da sociedade, visando diminuir o preconceito e aumentar o nível da reflexão política. Interessante notar que esta visão reverberou também na 10ª Conferência Municipal.

6. Diversos atores e atrizes sociais ouvidos no Diagnóstico enfatizam a necessidade de investimentos e melhorias da infraestrutura escolar. Tais investimentos vão desde a construção ou mesmo manutenção de espaços de socialização, como quadras de esporte e seu entorno, a itens referentes ao mínimo de conforto, como a instalação ou a manutenção de ventiladores e de cortinas para as salas de aula. Fortalecer as estruturas física, material e de pessoal das escolas permite operacionalizar institucionalmente ações intersetoriais efetivas na proteção aos direitos das crianças e adolescentes. Fortalecimento do investimento em infraestrutura física, em acessibilidade, recursos materiais e em pessoal para a Educação Infantil e Ensino Fundamental que assegure o atendimento de toda a demanda das crianças de 0 a 12 anos, incluindo as crianças com deficiência, com especial atenção para a faixa etária de 0 a 3 anos em tempo integral. Construção de novas unidades de atendimento em territórios mais vulneráveis, como vilas, favelas e ocupações.
7. Outra reivindicação é a aproximação da saúde à vida escolar. Este foi tema constante, especialmente da saúde mental, refletida na demanda por escuta psicológica. Há grande demanda por espaços de fala e escuta não voltados para questões escolares, onde se possam expressar questões pessoais de forma livre e sem a guia da dimensão pedagógica ou curricular.
8. Esse ponto relaciona-se também à sugestão de desenvolvimento e, ou fortalecimento de propostas pedagógicas e práticas de cuidado de si, do outro. Para os adolescentes, estas discussões passam pela informação e debate acerca da sexualidade, não somente reduzida a conteúdos meramente biológicos, esses mesmos já bastante raros, mas a sua compreensão como um tema tão central na vida humana e presente na sociedade e que influencia na capacidade de autocuidado e de cuidado com o outro. No ambiente da Educação Infantil e Ensino Fundamental o foco deve ser na participação de crianças (inclusive de crianças com deficiência), familiares e demais atores da comunidade escolar nas decisões sobre ações de cuidado como, por exemplo, banho e alimentação escolar.
9. Outra sugestão é a do letramento racial. Verifica-se que a construção de políticas e práticas de empoderamento e autoafirmação teve efeitos entre alguns dos grupos pesquisados. Observou-se que o letramento racial nos contextos escolar e extraescolar cria instrumentos para o enfrentamento às experiências racializadas dos participantes. Várias crianças se posicionam de forma assertiva, revelando um compromisso com a justiça social ao problematizar e contradizer o olhar do adulto. Seu posicionamento informa sobre o papel central da escuta que focaliza esse aspecto, evidenciando a agência das crianças negras, na busca pelo direito de serem crianças. Propomos a oferta de formação continuada para professoras e demais atores das redes pública e parceira, com enfoque nas temáticas das relações de gênero e no letramento racial, a fim de promover uma educação comprometida com a diversidade.
10. Nesse sentido também busca-se uma escola acolhedora e livre de estigmas sociais, e aponta-se a necessidade de uma educação que promova a diversidade e aproxime os programas

curriculares e práticas escolares dos contextos sociais, culturais, religiosos, econômicos, e da história das diversas infâncias e adolescências. Além disso, aponta-se a necessidade de fortalecimento de política de ações duradouras de prevenção e enfrentamento a todo tipo de violência e agressão no ambiente escolar, no âmbito de um projeto educativo voltado para a construção de vínculos e de respeito às diversidades que promovam um clima escolar favorável à convivência e às aprendizagens.

11. Do mesmo modo, é importante assinalar a necessidade de fortalecimento de fóruns permanentes com recursos humanos e materiais para o reconhecimento das situações de violência e racismo nas escolas e para a proposição e execução de ações compartilhadas de superação das situações de violação de direitos das crianças. Construção de escolas multiculturais em territórios definidos por identidades étnico-raciais específicas, como comunidades quilombolas e indígenas que valorizem a tradição ao lado do trabalho com interação e conhecimentos da cultura dominante.
12. O transporte público acessível, gratuito e sem burocracias é um ponto objetivo e bastante relevante para o acesso à escola por meio do fornecimento de passe-escolar, gratuito e sem burocracias para os estudantes, evitando-se a evasão escolar. É altamente recomendável que essa política seja, de fato, priorizada, já que é condição para a presença de muitas crianças, adolescentes e jovens na escola. Assim, deve ocorrer a ampliação e adequação do transporte escolar gratuito para a Educação Infantil.
13. A oferta periódica de formação de professores e outros profissionais das escolas públicas e parceiras sobre os direitos das crianças e sua tradução nos projetos político-pedagógicos e da Educação Infantil e do Ensino Fundamental aparecem como sugestões. Outras sugestões nessa mesma seara são a oferta de formação inicial e continuada para as auxiliares de apoio ao educando, com conteúdo formativo sobre concepções de criança, infância e Educação Infantil e suas bases pedagógicas, alinhado com documentos normativos; assim como a oferta de formação inicial, continuada e orientações específicas para professoras e auxiliares de apoio ao educando sobre os conhecimentos produzidos na área da educação especial e as tecnologias assistivas no atendimento especializado às crianças com deficiência e neurodivergentes.
14. Sugere-se ainda o fortalecimento de ações intersetoriais de suporte às famílias, especialmente às mães. Assim também, o fortalecimento do suporte às famílias de crianças com deficiência para que elas acessem a educação, articulado às ações da política de renda mínima, saúde, assistência social e cultura.
15. O fortalecimento do financiamento escolar para mobilidade de crianças, professoras e demais profissionais da escola por diferentes espaços culturais da cidade tais como: museus, teatros, bibliotecas, centros culturais, parques municipais, parques de diversão, exposições, praças, entre outros, é bem-vindo. A revisão, com participação das famílias, e ampla divulgação dos critérios de definição de vulnerabilidade social para acesso a políticas específicas é uma medida urgente. Finalmente, o fortalecimento das relações das escolas com as famílias por meio de diferentes estratégias, incluindo a definição de horários para reuniões que possam ser compatibilizadas com horários de trabalho dos responsáveis foi uma questão levantada pelas famílias.
16. A criação e, ou ampliação dos espaços de escuta e diálogo com as crianças a respeito da proposta pedagógica é um dos próximos desafios quando se trata do aperfeiçoamento

da participação infanto-juvenil. Os espaços de escuta incluem a organização de tempos e espaços escolares, sua materialidade, oferta de brinquedos e sua adequação aos seus interesses e necessidades, conforme as características e faixa etária das crianças atendidas. Implementação de estratégias específicas para a escuta de bebês, baseadas na observação, registro sistemático e reflexão coletiva sobre o contexto de interação desses sujeitos. Criação de mecanismos para o fortalecimento da efetiva participação de alunos, familiares e entidades de trabalhadores da educação no Conselho Municipal de Alimentação Escolar. Revisão das propostas pedagógicas das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental que levem em conta as necessidades de experiências em espaços abertos, em contato com a natureza, priorizando os tempos destinados ao brincar.

4.4.2 VIDA DIGNA E SAÚDE

1. Sugerimos retomar o projeto “Rede de Cuidados e Proteção para os adolescentes, vítimas de agressão, atendidos nos Hospitais de trauma, residentes no Município de Belo Horizonte” em funcionamento entre 2018 e 2019 e descontinuado com o início da pandemia de Covid-19. O projeto considera a agressão contra adolescentes como um problema de saúde pública, eventos que podem ser evitados, assim como suas consequências para a saúde desses adolescentes. A Rede de Cuidados se efetiva pela metodologia do Cuidado Centrado na Pessoa e construção do Projeto Terapêutico Singular para cada adolescente vítima de agressão atendido nos prontos atendimentos do município, assim como pelo fomento a uma rede territorial de proteção. Diante disso, o retorno da rede de cuidados em todos os prontos atendimentos do município é uma aposta na reparação dos danos causados pelas rupturas sistemáticas causadas pelo racismo na rede de atenção aos adolescentes vítimas de agressão e tentativa de extermínio.
2. Há que se investir em formação e informação das equipes de saúde e de assistência social das maternidades e dos serviços da rede de proteção social quanto aos fluxos e procedimentos a serem adotados com vistas à manutenção do vínculo familiar entre mães, filhos e filhas e as famílias nucleares e extensas.
3. Há que se investir em formação e informação das equipes de saúde e de assistência social para o enfrentamento às violências institucionais e obstétricas, em especial, contra pessoas em situação de vulnerabilidade social e pessoal.
4. Fortalecimento de uma política de cuidado que considere as necessidades reais dos sujeitos envolvidos no trabalho do cuidado, contemplando tanto a pessoa que está sendo cuidada, quanto a que cuida.
5. Consideração das especificidades culturais de comunidades tradicionais, como as quilombolas, bem como populações imigrantes e refugiadas, nos modos de organização dos serviços de garantia do direito à saúde, especialmente nas ações de prevenção de modo a serem planejadas em diálogo com as tradições e culturas destas comunidades.
6. Fortalecimento do sistema de saúde e investimento na infraestrutura das unidades básicas, de modo a oferecer atendimento geral e especializado com possibilidades de realização de avaliação diagnóstica qualificada, tanto para os bebês e crianças, quanto para suas famílias.
7. Aumento do número de profissionais especializados e acesso a medicamentos e agilidade

nas consultas com especialistas (tratamento integral por uma equipe multiprofissional), especialmente para crianças com deficiência e condições crônicas.

8. Ampliação das vacinas ofertadas pelo SUS, dando atenção especial àquelas que previnem doenças que comprometem o desenvolvimento das crianças e causam sequelas, por exemplo, a vacina Meningocócica B.
9. Aumento da cobertura de equipes de saúde da família por população.
10. Investimento em qualificação profissional dos profissionais da Atenção Primária à Saúde.
11. Investimento em saúde reprodutiva e que respeite a dignidade das mulheres.
12. Ampliação da atenção à saúde mental de crianças e adultos, com foco especial na continuidade do acompanhamento de famílias que vivenciaram violência doméstica.
13. Fortalecimento da qualificação para os profissionais quanto às especificidades do cuidado aos bebês, crianças e seus cuidadores, prevenção de doenças, promoção de saúde e resolutividade das ações em saúde.
14. Fortalecimento e/ ou implementação da provisão de transporte público gratuito para garantia de acesso aos equipamentos de saúde e em casos de tratamentos fora do território de moradia.
15. Fortalecimento do sistema de comunicação entre unidades de atendimento e pacientes, a fim de esclarecer situações de marcação, cancelamento e remarcação de consultas, bem como horários de funcionamento e quadro de funcionários disponíveis na unidade.
16. **É urgente a elaboração de uma política nacional de saúde dos adolescentes, que os escute atentamente desde sua formulação. Uma política que possa abranger a diversidade dessa população, possibilitando um lugar para as singularidades.**
17. Seguindo as diretrizes do SUS no sentido de atender não apenas quem vai ao centro de saúde, como também olhar de maneira ampliada para a área de abrangência do serviço, podemos pensar em ações sistematizadas e na busca ativa dos adolescentes no território para construir, com eles, ações promotoras de saúde.
18. Sugere-se trabalhar ativamente no melhor acolhimento na área de saúde. Ouvimos que é corrente a recusa de acolher e acompanhar o adolescente, inclusive de maneira velada. Torna-se primordial propiciar uma janela da escuta dos profissionais encarregados do acolhimento, propiciando um aprendizado e a construção de um saber, sempre provisório. Assim, o acolhimento deve se estender à equipe de modo a ouvir os impasses experimentados por cada um, e também as construções clínicas, criativas e singulares. A constituição de espaços coletivos de reflexão sobre o trabalho pode propiciar o encontro de cada profissional com seu próprio saber, com o não-saber e uma reconexão com seu desejo de aprender. Trata-se de oferecer pontos de apoio para que o profissional possa se autorizar a atender o adolescente.
19. Pensar formas de fortalecer o SUS para que acolha as singularidades, com acolhimento vivo, menos protocolar e burocrático. Este acolhimento não é somente da criança ou adolescente, como também de quem o acompanha e/ou demanda atendimento, sejam familiares, profissionais da saúde, assistência social, educação, socioeducação, entre outros.

20. O adolescente especialista de si e a tessitura de uma rede sob medida: “o adolescente deve estar no centro da relação profissional-adolescente e participar ativamente da consulta, do diagnóstico e, sobretudo, do tratamento”.
21. Recomendamos um acompanhamento de saúde digno, tecido sob medida para cada adolescente e articulado às outras redes (educação, cultura, assistência, etc.), possibilitando **a construção de uma rede viva, territorial**.
22. É importante investigar os laços do adolescente com as redes de educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, cultura e outras, para fomentar o vínculo e as políticas públicas voltadas para as adolescências de forma interdisciplinar.
23. A arte é também uma via para a apropriação do dispositivo da saúde pelos adolescentes.
24. O Programa de Escuta para Adolescentes nas Unidades Básicas de Saúde, aprovado pela Câmara Mirim, deverá promover o atendimento 24 horas para adolescentes na atenção primária. Oficinas nas escolas e trabalho com as famílias compõem o programa, que deverá ser executado por psicólogos e assistentes sociais.
25. Outro projeto aprovado pela Câmara Mirim prevê a criação de um aplicativo na rede de saúde de Belo Horizonte, com o objetivo de facilitar o acesso e a educação em saúde, com material sobre puberdade e saúde reprodutiva e sexual. O acesso ao acompanhamento psicológico também é enfatizado nesse projeto e em outros dois: Política Municipal de Saúde Mental e Relacional para promover o bem-estar e o controle do estresse e Política Municipal de Acompanhamento Psicológico e Social nas escolas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Essa política deverá promover uma parceria com o Conselho Tutelar a fim de efetivar um trabalho com as famílias e com as escolas. Esses projetos demonstram a potência e a capacidade de elaboração de políticas pelos próprios adolescentes. Recomendamos que os projetos e as indicações sejam aprovados pela Câmara dos Vereadores e executados.
26. Ressaltamos também uma iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde da PBH referente aos encaminhamentos dos casos de crianças e adolescentes trans para o ambulatório específico. Mensalmente, gestores e técnicos da PBH e da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG) se encontram para discussão dos casos, visando a tessitura de uma rede de cuidado e a formação dos profissionais envolvidos. Processos como esse são muito mais efetivos que protocolos anônimos e rígidos.
27. Maior abrangência do tratamento odontológico no SUS–BH.
28. A obesidade é a doença crônica mais comum na adolescência e geralmente se inicia na infância e se prolonga na vida adulta. Sugerimos que a abordagem terapêutica desse problema contemple dimensões sociais, subjetivas e singulares, com uma escuta que leve em conta a relação complexa de cada adolescente com o seu corpo e com atenção para as discriminações e estigmatização que acabam por produzir e reproduzir a gordofobia.
29. Ressaltamos a importância, enquanto existirem unidades de privação de liberdade, de o cuidado à saúde ser realizado na rede SUS, com dignidade, sem algemação e com privacidade. Os insumos para redução dos riscos de ISTs e gravidez indesejada devem estar presentes nas referidas unidades.
30. Sobre a prática reiterada no socioeducativo em meio fechado, de uso excessivo e/ou com pouco ou nenhum acompanhamento médico de medicamentos visando a docilização dos

adolescentes, em especial, entre adolescentes mulheres, mas também nas unidades masculinas, entendemos que a medicalização interrompe a cadeia de significantes, quando tem o objetivo de tornar passivo esse corpo, dócil às exigências do meio. A negligência dos aspectos da saúde, inclusive com o acesso a medicamentos adequados aos tratamentos necessários são, ironicamente, faces da mesma moeda da medicalização, usadas como formas de controle sobre os corpos e de reforço dos discursos de disciplinamento dentro da lógica das instituições totais. Consequentemente, quando atuam como espaços que mimetizam o controle disciplinador das instituições totais, tornam-se lugares de reprodução das violências institucionais e estruturais que, ao mesmo tempo, excluem crianças e adolescentes do espaço público e da cidadania.

31. Referendamos a proposta dos adolescentes sobre tratar as pessoas que fazem uso abusivo de drogas no eixo da saúde, e não no da segurança pública.
32. Propomos que uma norma única na prática de saúde deve ser evitada, sobretudo com o público adolescente, cujas especificidades nos convidam a pensar sobre essa nova prática de saúde baseada não só nas evidências, mas na ética. Recomendamos o tratamento digno e respeitoso, à altura das crianças e dos adolescentes que tanto nos ensinaram nessa pesquisa diagnóstica.

4.4.3 DIREITO À CIDADE

1. Desenvolvimento do transporte público, priorizando-se o aumento dos horários de circulação, subvenção de passagens para trabalhadores e suas famílias, e ampliação da rede de circulação dos ônibus, garantindo atendimento a ocupações, vilas e favelas e bairros periféricos.
2. Melhoria da pavimentação das vias públicas, garantindo acessibilidade de pessoas com deficiência, mães com seus bebês, crianças pequenas e idosos.
3. Aperfeiçoamento da conservação de locais de lazer, como praças e parques, observando não apenas as necessidades das crianças, mas também dos adultos, e garantindo a segurança e o bem-estar de ambos.
4. Ampliação de áreas verdes na cidade, não restritas a praças e parques, com arborização das vias públicas, tornando-as mais amigáveis.
5. O direito à cidade é traduzido pelas pessoas ouvidas no Diagnóstico como uma necessidade de infraestrutura urbana amigável a crianças e adolescentes: "Praça no centro do bairro com estruturas para brincadeiras e lazer"; "Construir campos melhores para esportes nos espaços já existentes no bairro"; "Melhorar a iluminação da cidade"; "Acesso gratuito à internet com uma boa conexão"; "Criação de cursos profissionalizantes gratuitos no território"; "Asfaltar todas as ruas do Dandara".
6. A mobilidade urbana e o acesso a transporte público recebem diversas sugestões muito concretas e capazes de modificar rapidamente o acesso de crianças e adolescentes a seus direitos: "Criação de canais de denúncia sobre assédio contra as mulheres dentro das linhas de ônibus e metrô da cidade"; "Transporte escolar gratuito para quem frequenta o EJA"; "Melhorar o transporte que acessa a comunidade"; "Colocar um itinerário de ônibus que passe dentro do bairro, da avenida central, atenderia melhor os moradores"; "Baixar o valor da passagem de ônibus"; "Gratuidade nas passagens dos ônibus que saem do bairro

e se direcionam ao centro de Belo Horizonte”; “Gratuidade das passagens aos domingos”; “Ampliação do metrô”; “Aumentar o horário de circulação dos ônibus, alguns funcionam até as 22 horas apenas”; “Ampliar as pistas para bicicleta”; “Gratuidade nos transportes públicos para os artistas de Belo Horizonte”; “Criar um coletivo dos artistas para que eles circulem de forma gratuita”.

7. Propomos ao poder público incentivar os movimentos em que os adolescentes e os jovens estão presentes, criando e sustentando espaços mais democráticos para que a ocupação da cidade possa ser feita com diversidade, o que favorece uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável.
8. Sugerimos envolver os adolescentes e os jovens nas decisões sobre os impasses da cidade apontados por eles tais como segurança, circulação pela cidade, moradia, do acolhimento institucional, entre outros. O envolvimento deles nas possíveis soluções favorece sua responsabilização sobre a cidade.
9. Seguindo essa perspectiva, uma recomendação importante é envolver os adolescentes e os jovens em projetos de preservação ambiental e ocupação urbana, tal como a reapropriação social de espaços abandonados para o uso de moradia e outros usos sociais, tema em que eles estão interessados.
10. É importante que as políticas públicas incluam ações que atendam as particularidades das crianças, dos adolescentes e dos jovens indígenas, ciganos, quilombolas e de ocupações, valorizando a cultura e trazendo-os para a cena da cidade.
11. A questão sobre os modos de territorialização das políticas públicas para crianças e adolescentes em Belo Horizonte diz respeito, em última análise, à capacidade da cidade de cuidar delas. A compreensão do território e a localização da tomada de decisão dão a medida dos problemas que se delineiam. A cidade emerge, assim, não como uma forma, ou uma superfície, sobre a qual as coisas acontecem. Ela adquire escalas diferentes na medida dos contextos que vão se desenhando pelas relações que se estabelecem entre as pessoas e o espaço. Assim, um evento local pode adquirir uma escala municipal pela repercussão que se projeta sobre ele. Uma política pensada em escala municipal pode ter resultados limitados, setorizados e distintos em lugares diferentes da cidade. Trabalhar de maneira interescalar é importante para uma política territorial mais eficaz.
12. **O que vai ficando evidente ao longo do Diagnóstico é que não há muitas saídas para a política pública de crianças e adolescentes que não passe por uma política territorial comunitária, intersetorial, que considere a diversidade de formas de vida.** Essa política deve levar em consideração as distâncias de uma metrópole, as dificuldades financeiras e logísticas de locomoção, a importância da territorialização para a construção das subjetividades dessas crianças e adolescentes.
13. O Acolhimento Institucional e o enfrentamento às vulnerabilidades de crianças e adolescentes perpassam a manutenção, preservação e fortalecimento dos vínculos territoriais, o que requer o reconhecimento da relevância das territorialidades e das dinâmicas espaciais e sociais para o desenvolvimento da política pública e para promover as interseções entre políticas. Assim, a política pública de Acolhimento Institucional não deve ser disruptiva, sendo importante que seu caráter de excepcionalidade seja tomado ao pé da letra para que se reduzam os efeitos do distanciamento territorial que incide sobre os processos de subjetivação, de socialização, de construções de identidades e de narrativas das crianças e dos

adolescentes. Essa medida pode começar pela descentralização do acolhimento institucional para que compreenda todo o território da cidade e não fique concentrado na Pampulha.

14. A convivência familiar e comunitária, enquanto direito para preservação dos laços, ao abranger mapeamentos geográficos por onde as crianças, os adolescentes e suas famílias transitam e se situam, abrange também cartografias simbólicas, relacionais, de transmissões, filiações, tradições e memórias. Envolve dimensões ampliadas sobre lugares de reconhecimento e de referenciamentos de vida.
15. O apagamento dos territórios de origem das crianças e dos adolescentes nas políticas públicas impulsiona o apagamento das histórias e das singularidades de cada caso, mantendo uma lógica de generalização territorial da política pública, se apresentando como um risco para as dimensões realmente protetivas e focais alcançáveis por ela.
16. Os adolescentes e suas famílias reivindicam espaços públicos de convivência acessíveis e que olhem para suas experiências e para seu cotidiano, entendendo inclusive que os diversos territórios são lugares de criação de soluções para as políticas públicas. Os agentes econômicos veem os territórios de maneira menos orgânica, com pouca relação com as culturas locais, e trabalham com produtos prontos, buscando uma uniformidade de tratamento que nem sempre é adequada às necessidades. Por sua vez, os produtos que entregam não têm escala para atender a todas as demandas, o que acaba por provocar uma seletividade do serviço, que impede a universalidade.
17. Uma das conexões críticas que este Diagnóstico revela é a relação entre os espaços fechados pela institucionalização e pelo encarceramento em contraste com a dificuldade de circulação, locomoção e imersão nos espaços abertos da cidade. Os obstáculos de locomoção e de acesso aos equipamentos de educação, saúde, assistência e cultura demarcam o local reservado a um grupo selecionado de crianças e adolescentes na cidade de Belo Horizonte.
18. A cidade surge como um ambiente hostil às reivindicações, desejos e necessidades das crianças e dos adolescentes. **A ausência de políticas públicas de mobilidade urbana específicas para crianças e adolescentes, as dificuldades que adolescentes têm de circular dentro da sua própria regional para acessar equipamentos públicos que ficam distantes entre si, o desejo dos adolescentes de participarem de eventos culturais em outras regionais e serem impossibilitados pela ausência de transporte público acessível para voltar a suas casas depois das atividades são sinais de um problema geral sobre o lugar das infâncias e juventudes na cidade.**

4.4.4 CULTURA, LAZER E ESPORTE

Entendemos que a oferta de intervenções culturais, artísticas, esportivas e de lazer devem ser direcionadas aos interesses e à participação das crianças, dos adolescentes e dos jovens. Quando estas ações agregam as pessoas do território, crianças, adolescentes e jovens, podem constituir um potente instrumento de mobilização e de cidadania.

1. Sugerimos maior qualidade dos equipamentos públicos e dos serviços ofertados que contemplam o direito ao lazer, por meio da qualificação do ambiente com elementos estéticos, melhoria da diversidade e qualidade de brinquedos e infraestrutura ofertadas; contratação e formação continuada de equipe pedagógica que atue especificamente com bebês e

- crianças para compor o quadro de funcionários; e criação de canais de escuta para que crianças e adolescentes participem dos processos de decisão sobre as atividades desenvolvidas.
2. Fomentar a produção cultural dirigida a crianças, adolescentes e suas famílias, estendendo-a às periferias. Fortalecimento de programas voltados para o exercício do direito da criança à cidade mediados pela escola, garantindo a continuidade das políticas, como os programas BH para crianças, Cidade Educadora, Escola Integrada. Aprimoramento da integração entre políticas de cultura, lazer, educação e assistência cultural, viabilizando o acesso das crianças e suas famílias a equipamentos e produções culturais. Para expandir os horizontes culturais e artísticos, recomendamos fortalecer as expressões culturais que exigem política de incentivo local. Recomendamos descentralizar os eventos de arte e cultura, incentivando os artistas locais e promovendo os eventos nos territórios. Propomos, também, a ampliação e a descentralização dos projetos de lazer, arte e esporte para os adolescentes e os jovens.
 3. O Memorial pela Vida da Juventude Negra e sua respectiva instalação artística no Centro de Referência das Juventudes (CRJ) deve ser mantido e apoiado. Além disso, ele pode ser tomado como orientador para elaboração de outras políticas públicas antirracistas e fomento a outras iniciativas para preservar a memória e a vida de adolescentes e jovens negros na cidade. O Memorial teve o objetivo de tornar público os dados sobre o genocídio dos jovens no município e sensibilizar a sociedade por meio da escuta das narrativas das famílias e amigos dos jovens assassinados. Sua metodologia se construiu com a participação de jovens selecionados em territórios com alto índice de vulnerabilidade juvenil no município de Belo Horizonte, que participaram da coleta de dados e da narração das histórias de vida dos jovens assassinados e da memória de seus parentes e amigos. Para tanto, eles passaram por um percurso formativo que entrelaça a questão do racismo estrutural, do território, da segurança pública, da violência e análise dos dados referentes à letalidade juvenil.
 4. Abertura de editais e destinação de recursos financeiros para atividades, projetos e programas de cultura, lazer e esporte de grupos locais, com vínculos orgânicos com os territórios que ocupam. Nesse sentido o Edital Descentra é uma referência para esta proposta que foi nominalmente lembrado e pode ser mantido e ampliado. Outras iniciativas a serem ampliadas incluem editais do CMDCA, Territórios Criativos, Descontorno Cultural e Arena da Cultura.
 5. Implementar sinal de internet gratuito nos espaços públicos, o que é base para as trocas culturais, esportivas e de lazer.
 6. Valorizar as iniciativas juvenis de ocupação da cidade, que realizam movimentos culturais, festas, festivais e encontros diversos. “Incentivar a cultura *Hip-hop* em Belo Horizonte”⁵²; “Criar e valorizar espaços para o *Slam*”; “Manter e incrementar as atividades de lazer, cultura e arte na Praça da Liberdade”; “Melhorias dos espaços públicos, praças” “Mais espaços para aulas de dança e incentivo às companhias de dança na cidade” são algumas sugestões dadas diretamente pelos adolescentes ouvidos no Diagnóstico.
 7. Fortalecer a mobilidade urbana, pela via da gratuidade de transporte para crianças,

52 Todas as falas aqui citadas estão nos relatórios base Escuta das Crianças e Escuta dos Adolescentes.

adolescentes e jovens (e para todos), bem como ampliação dos horários dos ônibus. “Passeios gratuitos pela cidade para os adolescentes”; “oferecer mais atividades gratuitas”.

8. Os Centros Culturais, um amplo investimento público que se realizou nas regionais por meio do orçamento participativo, têm que ser dinamizados. Para isso não basta o fomento de atividades por meio das parcerias público-privadas que ofereçam produtos culturais específicos, que não atendam a todos os públicos, e que muitas vezes não têm escala, ou seja, atraem poucas pessoas, e organicidade, não remetendo suas ações às práticas e redes já existentes dentro dos territórios onde são ofertados. “Em cada bairro poderia ter uma casa de cultura, com livros, pra todo mundo poder ir”.
9. Os Centros Culturais podem manter um mapeamento das atividades, grupos, coletivos e interesses locais e propiciar conexões entre eles para o planejamento estratégico de suas ações e de seus parceiros privados. Reconhecemos inclusive a necessidade de se fazer um **mapeamento e um diagnóstico cultural, artístico, de esporte e lazer na cidade de Belo Horizonte**, o que recomendamos com ênfase. Esse mapeamento e diagnóstico teriam uma atenção especial para as diversas faixas etárias. A participação e o envolvimento das crianças, dos adolescentes e dos jovens seriam uma tessitura importante sobre o (re)conhecimento das convivências sociais, possibilitando o aparecimento da diversidade cultural e das singularidades desses sujeitos na cidade.
10. Os Centros Culturais e os CRAS precisam andar mais juntos, planejar suas atividades de maneira intersetorial e transversal, organizando e fomentando atividades culturais, de esporte e de lazer.
11. É preciso incrementar as ações da Prefeitura nas áreas de esporte, investindo em centros de treinamento de diversos esportes, em times e treinadores de bairro, infraestrutura de quadras e campos, com responsáveis pela marcação de horários e administração do uso. Assim, também o incremento das ações da Prefeitura nas áreas de lazer e cultura foram apontadas pelo Diagnóstico. Nas palavras de duas crianças ouvida pela equipe: “Oferecer mais rua de lazer para brincar de vôlei, futebol, de pique esconde, juntar a galera de todos os abrigos”; “Investir na quantidade de espaços de lazer na cidade. Zoológico, por exemplo, só tem um”.
12. Sobre a eficácia na comunicação e a intersetorialidade das políticas públicas, há três experiências bem-sucedidas que podem ser referências. Duas delas, “Redes da Serra” e “Tecendo Redes”, são exemplos de comunicação e divulgação de atividades. Um dos fatores que tornam efetivo esse formato é que o grupo reúne todos os equipamentos públicos de assistência social, cultura e educação, além dos movimentos sociais que atuam nos respectivos bairros, neste caso, no Aglomerado da Serra e no Barreiro. A estratégia de fortalecimento de redes de contatos entre diferentes equipamentos e desses com os movimentos locais e capilares permite trabalhos mais coordenados e concentração maior dos usuários em atividades que fazem sentido para os mesmos. Este formato poderia propiciar a ampliação da participação social nas atividades. O Tecendo Redes foi desativado depois de um tempo bem sucedido de funcionamento. Além disso, a Mesa Intersetorial da SMED/BH que funcionou entre agosto de 2017 e fevereiro de 2020 é um exemplo de comunicação, troca de experiências e intersetorialidade que apresentou bons resultados.
13. Sugere-se que a SMEL/BH adote mecanismos de monitoramento do público atendido nos programas e ações, incluindo aspectos como faixa etária, gênero, etnia e escolaridade. Além disso, é importante que a secretaria mantenha registros administrativos para permitir uma

análise histórica e longitudinal, facilitando a avaliação da política de esporte e lazer ao longo do tempo.

14. Sugerimos que a Câmara de Vereadores de Belo Horizonte avalie e aprove o Programa de Atividades Culturais e Esportivas nas escolas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, já apreciado na Câmara-Mirim. No escopo desse programa, constam atividades a serem praticadas e/ou estudadas nas escolas, são elas: instrumentos musicais, teatro, esportes (vôlei, futebol, basquete, etc.), circo, libras, clube do livro, dança, reforço escolar. Endossamos e recomendamos a execução desse projeto.
15. Destacamos aqui a importância da participação do CMDCA e de outros órgãos públicos da PBH no encaminhamento desse programa e o envolvimento dos adolescentes vereadores-mirins para acompanhar esse processo de aprovação e execução.

4.4.5 ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL

1. Atualizar o CadÚnico.

2. Estruturar os planos de atendimento das crianças e adolescentes em situação de rua em caráter emergencial. Ainda atentos às colocações trazidas pelos adolescentes nesta pesquisa, é fundamental a elaboração e a execução de um **Plano Municipal para o Enfrentamento à Situação de Rua** entre crianças, adolescentes e jovens, a exemplo de outros municípios, como Juiz de Fora, Recife e São Paulo.
3. Consideramos que as condições vigentes para a entrada do adolescente/jovem em moradia assistida são excludentes e incompatíveis com a realidade da maioria deles, principalmente daqueles que tiveram acesso insuficiente aos seus direitos fundamentais ao longo de sua vida. Atualmente, para acessar a moradia assistida, é preciso que o jovem escolarizado ou trabalhando apresente relatório técnico que sustente que ele é apto para se organizar e ser autossuficiente, isto é, que indique que ele não se utilizará das políticas por tempo indeterminado ou sem perspectiva de prescindir delas. Sugerimos rever estas exigências e criar um novo fluxo para o acesso à moradia. Sugerimos a ampliação das políticas de auxílio-moradia e o aumento do número de Repúblicas para Jovens, com ênfase em um acesso imediato e sem pré-condições.
4. Programas de moradia assistida vinculados à saúde mental, centrados na lógica de redução de danos, são iniciativas com bons resultados comprovados, como abordado no Atlas da Juventude. Sugerimos sua adoção.
5. Revisar, em diálogo com o Sistema de Justiça, os fluxos de encaminhamento para o acolhimento institucional, alinhando os discursos, fundamentações, documentação e informação para as famílias e para as crianças e adolescentes, em termos adequados à sua faixa etária.
6. São necessárias a criação e aplicação de políticas públicas específicas para crianças em transição para adolescência (faixa de 10 a 13 anos), que têm menos chances de voltar ao convívio familiar ou ser adotadas, com destinação de orçamentos específicos e investimentos em ações e atividades, tais como socialização, reforços pedagógicos e cursos de seu interesse.
7. Assim também, a criação e aplicação de políticas públicas específicas para adolescentes acolhidos na faixa de 16 a 18 anos, período que antecede o momento de desligamento do programa de acolhimento, com destinação de orçamentos específicos e investimentos em

ações e atividades, tais como socialização, reforços pedagógicos e cursos de seu interesse são centrais à esta política pública de acolhimento.

8. Sugerimos criação e aplicação de políticas públicas específicas de acompanhamento de adolescentes e jovens recém-desligados do programa de acolhimento, com destinação de orçamentos específicos e investimentos em ações e atividades, tais como socialização, reforços pedagógicos e cursos de seu interesse.
9. É necessário determinar contratualmente que os parceiros executantes das políticas públicas sigam os princípios de laicidade e prestem contas do respeito a esses princípios nos fluxos estabelecidos.
10. As denúncias de assédio moral religioso por conselheiros tutelares contra as famílias devem ser investigadas e apuradas adequadamente.
11. Devem-se criar canais de denúncia e apuração de desrespeito aos princípios de laicidade na prestação dos serviços públicos.
12. É necessário fortalecer as políticas de proteção intersetoriais e sua presença física nos territórios, com melhor articulação entre as áreas da saúde, assistência social, educação e cultura.
13. Investir em canais de comunicação entre agentes públicos da política de proteção social e cidadãos foi apontado como um elemento importante pelas pessoas ouvidas no Diagnóstico. Uma das formas de viabilizar tal comunicação é a contratação de agentes do próprio território no processo de elaboração e implementação das políticas e práticas de proteção social.
14. Sugerimos fortalecer as políticas de transferência de renda a famílias em situação de vulnerabilidade.
15. A desburocratização dos procedimentos de implementação das políticas de proteção social diante do reconhecimento da situação de vulnerabilidade dos sujeitos a serem atendidos pela política é importante para poder atender ao público alvo de maneira mais eficiente.
16. Fortalecimento de política intersetorial de combate à violência familiar e de gênero, que fortaleça as mulheres e que, ao mesmo tempo, possibilite a superação da reprodução dos ciclos de violência, através de intervenção junto aos agressores, com desenvolvimento de ações de prevenção e canais de escuta. Assim também é preciso direcionar investimentos para a promoção de estratégias de escuta cuidadosa de crianças sobre seus contextos de vida, de modo a identificar a vivência de violência contra si e contra familiares no ambiente doméstico e familiar. O fortalecimento das ações de apoio dos setores, agentes envolvidos na identificação e acompanhamento dos casos de violência familiar e a ampliação do corpo técnico capacitado são passos essenciais para a robustez desta política.
17. Investimento nos canais de escuta das crianças em situação de abrigo como estratégia de avaliação da oferta e melhoria desse serviço.
18. Avaliação, com participação dos sujeitos envolvidos, das parcerias público-privadas de abrigamento institucional, bem como acompanhamento sistemático dos mesmos.
19. Criação de estratégias que promovam o debate público sobre a adoção como forma legítima de parentalidade, visando à superação de preconceitos.
20. Ampliação das estratégias de acompanhamento da família adotante de modo a oferecer apoio efetivo e duradouro ao processo de constituição e transformação dos vínculos familiares.

21. Criar o **Plano Municipal de Crianças e Adolescentes** com deficiência dentro das diretrizes do Plano Municipal para Pessoas com Deficiência de 2019.
22. Cumprir as obrigações de escuta, assistência e informação das famílias, garantindo que elas tenham ciência de todas as etapas dos processos que as envolvam.
23. Atender às demandas dos profissionais da assistência social que atuam na ponta das políticas em relação à melhoria das condições de trabalho e ao suporte material e de incentivo a suas tarefas e funções. Valorização e equiparação salarial dos profissionais de assistência social.
24. Garantir às crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas o acesso e o gozo à proteção integral e plural, ao direito à educação de qualidade, à saúde integral, à assistência, ao esporte, ao lazer, e às condições e oportunidades para o pleno desenvolvimento de sua cidadania e de suas autonomias e seus protagonismos.
25. O papel do Conselho Tutelar, sobretudo o de articulação da rede de cuidado, tem que ser revisitado de maneira geral, com formação dentro dos parâmetros legais e preparando os conselheiros para compreender a rede de atendimento.
26. Elaboração de estratégias e de fluxos com base nas normativas vigentes para a desinstitucionalização, a partir do diálogo e da atuação em rede entre executivo, judiciário e legislativo.
27. Reduzir a institucionalização de crianças e adolescentes em favor de alternativas mais familiares e comunitárias, com o fomento de programas de apoio familiar intensivo ou famílias acolhedoras. Fortalecimento dos PAIFs e PAEFIS, aumento das equipes e equipamentos de assistência social de básica e média complexidade.

4.4.6 SEGURANÇA PÚBLICA E ACESSO À JUSTIÇA

As instituições do socioeducativo e do acolhimento institucional fornecem pistas do paradoxo que se instaura nas políticas públicas para crianças e adolescentes, entre o cuidado e o acolhimento, de um lado, e o discurso do controle sobre os corpos, do outro. A prevalência de uma dessas opções nas políticas afetam crianças e adolescentes, os cenários que constroem provocam ações e reverberam vida afora, deixando marcas e recebendo marcas nessas trocas que não são nada inocentes ou desprezíveis.

1. A organização do sistema socioeducativo deve ser repensado como um todo, de modo a adequá-lo aos preceitos constitucionais e legais. Sugerimos priorizar investimentos e fortalecer o sistema em meio aberto, sobretudo por meio da valorização dos CREAS, enquanto equipamento público central a esta política. Por outro lado, o sistema socioeducativo em meio fechado deve ser reposicionado enquanto medida excepcional. Parafraseando um dos adolescentes participantes da pesquisa: "Mais CREAS e menos cadeia!".
2. Os desvios dos princípios da política nacional para crianças e adolescentes são formas de retirar a responsabilidade da rede e de cada uma de suas instituições, livrando as políticas de cumprirem seus objetivos e justificando a desregulação e a retração dos investimentos nas políticas públicas. Tais desvios de objetivo são mais evidentes no sistema socioeducativo, mas acontecem também no âmbito do acolhimento institucional. A lógica expressa na

legislação vigente de educação, cuidado e acolhimento é substituída na prática por uma lógica disciplinadora, seletiva, violadora de direitos e provocadora de desproteções.

3. A controvérsia, sobretudo quando toca o sistema socioeducativo do modo como está hoje, não se limita a um apontamento de certas práticas e de certos episódios desviantes ou problemáticos da institucionalização. A discussão torna-se mais ampla e envolve a própria manutenção e adequação das políticas de institucionalização de crianças e adolescentes e a operação do sistema socioeducativo na exceção.
4. Alterar a lógica vigente do sistema socioeducativo em meio fechado segundo o paradigma disciplinador das instituições totais para a lógica da socioeducação, acolhimento, cuidado e educação, conforme exigido pela Constituição, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo SINASE.
5. Instaurar mecanismos de audiências de avaliação de medidas protetivas de internação e medidas socioeducativas com maior periodicidade objetivando a desinstitucionalização, celeridade processual e diminuição da privação de liberdade, no modelo das audiências concentradas preconizadas pelo CNJ.
6. O envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas visto como forma de exploração do trabalho infanto-juvenil deve ensejar as respectivas medidas, políticas, programas e projetos que permitam o tratamento da questão.
7. É preciso equipar a Polícia Militar e a Guarda Municipal com câmeras corporais, uma medida já difundida nacionalmente como diretriz de segurança pública, com resultados comprovados de eficácia para diminuição da violência policial e do perfilamento social e racial das pessoas abordadas por instituições de segurança pública.
8. A segurança pública é direito das crianças e dos adolescentes de todas as classes sociais, raças, etnias, gêneros e sexualidades. Suas práticas têm que ser repensadas para que ela seja acolhedora, antirracista e anti-segregadora, uma segurança que possa fomentar a dignidade e o pertencimento aos adolescentes e aos jovens, garantindo-lhes o direito de ir e vir, de participar e acessar os eventos públicos e não públicos de cultura, arte, esporte e lazer. Não adianta o espaço ser público e gratuito se os profissionais que atuam nesses lugares não estão formados para acolher as diversidades.
9. Promover políticas públicas para a eliminação de qualquer forma de violência, discriminação visando garantir à aos grupos historicamente discriminados a efetivação da igualdade de oportunidades e os direitos individuais, coletivos e difusos. Implementar programas de ações afirmativas destinadas ao enfrentamento das desigualdades no tocante aos direitos e garantias sociais.
10. Há a necessidade urgente de apuração dos casos de assédio moral contra mães por parte de conselheiros tutelares e dos casos de violência policial contra adolescentes. Além disso, sugerimos a realização de pesquisa específica sobre a correlação entre a diminuição de medidas de internação em meio fechado, número de casos atendidos pelo CREAS, número de medidas em meio aberto e violência policial.

4.4.7 PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO DO TRABALHO E DA RENDA

1. Dentre os projetos aprovados em 2023 na Câmara Mirim há o que cria o programa de atividades Culturais Esportivas nas Escolas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte que institui a prática e/ou o ensino de instrumentos musicais, teatro, esportes, circo, libras, clube do livro, dança, reforço escolar. Sugerimos que se avalie a aprovação desse projeto de lei na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte.
2. Valorizar as atividades culturais como potenciais atividades profissionais. Promover formação nas áreas profissionais da indústria cultural. A cidade deve incentivar financeiramente o cenário cultural e artístico, dando mais visibilidade aos artistas.
3. Os adolescentes sugerem lugares de encontro para os jovens que trabalham com a cultura *Hip-hop*, passinho, grafite, *Slam*, skate, entre outros, para que eles possam se aprimorar nestas áreas, por exemplo, treinar um *beat* ou rima. "Sugiro oficinas de profissionalização do *Hip-hop*".
4. Nesse mesmo sentido, o Ballet Jovem é um importante projeto que insere adolescentes num processo de formação profissional bastante específico, que já articula oportunidades de trabalho em grandes companhias de dança do Brasil e do exterior. Sugerimos seu fomento e replicação. Isto inclui estímulos para permanência dos adolescentes e jovens que precisam de grande dedicação e sacrifício pessoal para participar e que muitas vezes são obrigados a acumular sua inserção com outros trabalhos e são impedidos pela intensidade das atividades de assumir trabalhos formais.
5. Recomendamos reforçar o papel dos CRAS como articulador entre os jovens e o mercado de trabalho, já que é um equipamento que tem reconhecimento nesse sentido.
6. Da experiência nas Repúblicas de Jovens, os adolescentes em situação de acolhimento institucional sugerem a realização de projetos que priorizem trabalhar desde cedo sua autonomia, para que possam se preparar para a maioridade, pois aqueles que passam pela República conseguem um suporte até os 21 anos, mas a maioria retorna para a rua.
7. Os adolescentes sugerem a criação de diferentes tipos de cursos profissionalizantes, tais como marketing, empreendedorismo, informática e primeiros-socorros. Também apresentaram propostas para aumento de postos de emprego voltados para a juventude, e oficinas e cursos de formação visando a profissionalização do *Hip-hop*, a ser legitimado como profissão.
8. Um adolescente diz que aplicaria multa mais severa para empresas que não fazem contratação de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Um jovem afirma que aumentaria o salário mínimo e tiraria o salário dos políticos.
9. Quanto à disparidade salarial: "deveria haver uma valorização sobre o trabalho, as diferentes formas de trabalho. Um médico não deveria ser mais valorizado do que uma pessoa que trabalha com a higienização da cidade, por exemplo. Tinha que ter o mesmo valor de salário para todo mundo. Todo mundo tinha que receber a mesma coisa".
10. Os jovens e os adolescentes anunciam o que entendem como mais importante em sua perspectiva: "mais postos de emprego; liberava vagas de emprego; cursos grátis". De modo geral, a oferta de cursos grátis é uma demanda recorrente entre os jovens, claramente interessados em ter uma formação. Assim, diante da pergunta "E se você fosse a/o prefeita/o?", as respostas variam desde a proposta de profissionalização e reconhecimento de um segmento

cultural, como vimos com o *Hip-hop*, até discussões mais estruturais sobre diferenças salariais entre as profissões.

4.4.8 CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

1. Investir em formação e informação das equipes de saúde e de assistência social das maternidades e dos serviços da rede de proteção social quanto aos fluxos e procedimentos a serem adotados com vistas à manutenção do vínculo familiar entre mães, filhos e filhas e as famílias nucleares e extensas.
2. Investir em formação e informação das equipes de saúde e de assistência social para o enfrentamento às violências institucionais e obstétricas, em especial, contra pessoas em situação de vulnerabilidade social e pessoal.
3. Elaborar estratégias diferenciadas para o acompanhamento das famílias Warao, imigrantes venezuelanas.
4. Sugerimos ações de acesso à informação, recursos e procedimentos especializados para o planejamento familiar, com respeito à alteridade das mulheres.
5. Fortalecimento das equipes dos órgãos da Assistência Social nos territórios, com participação da comunidade local, para combate às manifestações de violência nas relações intrafamiliares. Apoio efetivo às vítimas de violência familiar na proteção contra reincidência e na recuperação da saúde física e mental, bem como para a inserção ou reinserção em atividades profissionais, escolares e culturais.
6. Ampliação de equipamentos que possibilitem maior compartilhamento do cuidado e educação dos bebês e crianças durante o trabalho dos responsáveis.
7. Suporte financeiro, de informação e psicológico às famílias que adotam bebês e crianças.
8. Fortalecimento de uma política intersetorial que busque oferecer orientações, acompanhar o processo de adoção e adaptação mútua da nova vida da família e do bebê.
9. Ampliação do apoio financeiro e emocional para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica.
10. Ampliação do acesso a programas para aquisição da casa própria, especialmente para mulheres provedoras de família e aquelas que foram vítimas de violência doméstica, bem como famílias com crianças e adolescentes com deficiência.
11. Fortalecimento das ações de reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas, bem como ações de combate ao racismo perpetrado contra essas populações nos diversos equipamentos públicos.
12. Fortalecimento da segurança pública em territórios vulneráveis e acompanhamento do trabalho realizado pela polícia nas regiões de periferia de modo a subsidiar a elaboração de políticas que visam a garantia de direitos a crianças, adolescentes e jovens.
13. Fortalecimento da atuação de forma transversal e em cooperação entre as frentes do poder público relacionadas à educação, saúde, segurança, cultura, esporte e lazer.
14. Fortalecimento do Programa Família Acolhedora.

4.4.9 PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

1. Construir com as crianças e os adolescentes novos formatos e metodologias de escuta e de participação que respeitem e fortaleçam as centralidades e o seu protagonismo nos processos de formulação, implantação e na avaliação de políticas públicas a eles dirigidas.
2. Garantir as condições de mobilidade e acesso aos equipamentos voltados para crianças e adolescentes. Iniciar, em construção conjunta, o plano de mobilidade por metrô e ônibus dentro dos bairros e na cidade e revisar as regras do Bilhete de Transporte Social.
3. Construir coletivamente e fomentar espaços e dinâmicas para promover o diálogo intergeracional.
4. Construir coletivamente e fomentar a participação social de forma descentralizada e itinerante, da periferia para o centro. Lembrar que dentro das próprias periferias há macro e micro territórios e é preciso estabelecer métricas de participação que garantam igualdade de oportunidades para participar ativamente nos processos decisórios e nas atividades comunitárias e equidade na participação social para assegurar que grupos historicamente e espacialmente marginalizados tenham suas vozes ouvidas e seus interesses representados.
5. Fortalecer os conselhos, fóruns, comitês, Conferências e outros espaços de reunião e de deliberação da política pública, mais uma vez, tendo as crianças e os adolescentes como figuras centrais e protagonistas em todos os processos e assuntos que envolvem suas vidas.
6. Reativar e fortalecer as Comissões Locais de Assistência Social (CLAS) como espaços de debate nos CRAS.
7. Aumentar o número de CRAS, CREAS e Centros Culturais nas regionais, revendo o âmbito de abrangência destes por bairro para cobrir áreas menos extensas.
8. Criar e fomentar experiências de coordenação de ações entre CRAS e Centros Culturais.
9. Eventos e reuniões de participação social precisam ser acessíveis e inclusivos para garantir a representação e contribuição efetiva de todos os grupos, especialmente aqueles historicamente marginalizados. Maneiras de melhorar as condições de acesso e permanência nos espaços de participação social incluem os aspectos a seguir.
10. Oferecer transporte gratuito ou com desconto para facilitar o acesso dos participantes aos eventos. Isso pode incluir o fornecimento de passes de ônibus ou organização de transporte coletivo para áreas de difícil acesso.
11. Garantir a disponibilidade de alimentos e bebidas durante os eventos, levando em consideração restrições alimentares e preferências culturais dos participantes.
12. Identificar os horários e dias mais convenientes para a maioria dos participantes, levando em consideração suas rotinas de trabalho, estudo e cuidados familiares. Isso pode envolver a realização de eventos em diferentes turnos ou dias da semana.
13. Realizar um trabalho prévio e contínuo de mobilização e engajamento com a comunidade, utilizando diferentes canais de comunicação, como redes sociais, rádio comunitária, panfletagem e visitas domiciliares. Isso ajuda a garantir uma participação mais representativa e diversificada.
14. Promover uma ampla divulgação dos eventos com antecedência, utilizando diferentes meios de comunicação e garantindo que as informações sejam acessíveis para todos. Isso pode incluir o uso de materiais impressos, mídias digitais, rádio, entre outros.

15. Incentivar e apoiar a participação de grupos sub-representados, fornecendo recursos e capacitação para que possam se envolver ativamente nos processos de tomada de decisão. Isso pode incluir a realização de oficinas de capacitação, mentorias e bolsas de participação.
16. Fortalecer os espaços já existentes de participação social envolvendo as crianças e os adolescentes na construção, mobilização e permanência nesses espaços.
17. Criar instrumentos e metodologias com vistas ao reconhecimento das vivências das violências estruturais e dos sentimentos a partir das vozes e das narrativas das crianças e dos adolescentes e com vistas à construção de ações para o enfrentamento e para a resistência a essas violências a partir do protagonismo de crianças e adolescentes.
18. Envolver ativamente grupos diversos e representativos da sociedade na formulação e implementação de políticas públicas, garantindo que suas experiências e necessidades sejam consideradas. Isso pode incluir consultas públicas, fóruns de diálogo, grupos de trabalho e mecanismos de participação social. Priorização de tais grupos em Orçamentos Participativos.

4.4.10 GESTÃO E ORÇAMENTO PÚBLICOS DAS POLÍTICAS DE CRIANÇA E ADOLESCENTE

O resultado mais destacado sobre a gestão e orçamento públicos das políticas públicas de crianças e adolescentes em Belo Horizonte apontam para os limites e os problemas da gestão gerencial dos serviços públicos. Existe um discurso popularizado e corrente de que as parcerias público-privadas são modelos ideais para execução de políticas públicas e de que a guinada para um modelo privado de prestação de serviços seria mais eficiente e/ou barata que a prestação direta dos mesmos. No entanto, este Diagnóstico aponta conclusões distintas deste senso comum.

1. Uma primeira questão é a necessidade de aumentar a exposição e clareza das informações sobre os gastos públicos tanto do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) quanto do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) para torná-los mais acessíveis ao público em geral.
2. Nesse sentido, sugere-se a integração das bases de dados da gestão para permitir uma visão mais ampla do orçamento em relação às políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes.
3. É preciso reavaliar se os contratos das parcerias público-privadas têm obtido a escala necessária para atender à demanda dos serviços públicos. Seria necessário uma avaliação mais profunda dos custos dessas parcerias para compará-las com a prestação direta de serviços.
4. É necessária e urgente a revisão dos recursos de manutenção das unidades de acolhimento institucional para determinar se estão atendendo às necessidades cotidianas da prestação de serviços. O Diagnóstico aponta para um subfinanciamento dessas necessidades.
5. É preciso fazer uma avaliação e monitoramento dos recursos subutilizados do FMDCA e no OCA, a partir de aspectos que foram evidenciados pelo Diagnóstico, a saber, se as instituições parceiras têm conseguido otimizar a execução efetiva do orçamento referente a seus projetos; se existem trabalhos de cuidado não remunerados para os quais parte do orçamento do

OCA e do FMDCA deveria ser destinada; se é possível aprimorar os mecanismos de controle social sobre os projetos suplementares exercidos pelos parceiros privados. Essas questões destacam a complexidade envolvida na gestão dos recursos destinados às políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes e sugerem áreas-chave que precisam ser investigadas mais a fundo para garantir a eficácia e a transparência na utilização desses recursos.

6. Realizar processos formativos para gestores públicos, servidores e membros das organizações da sociedade civil em temas ligados às violências estruturais de raça, de classe, capacitistas e de gênero como marcadores determinantes nos processos de institucionalização, segregação e de negação de direitos às famílias, crianças e adolescentes pretos e pobres.
7. Criar e aplicar instrumentos capazes de reconhecer e de interromper, no âmbito da prestação dos serviços e nas instituições, as violências estruturais direcionadas a corpos e grupos específicos como: o registro de dados raciais, de classe, capacitistas e de gênero dos usuários dos serviços; a criação e aplicação de protocolos interinstitucionais para o registro e encaminhamento de notícias de ocorrências de violências e tratamentos discriminatórios no âmbito da prestação de serviços ou tomadas de decisão.
8. Tematizar, no âmbito da discussão das condições de trabalho dos profissionais da ponta, as violências estruturais como fator de adoecimento e desligamento, assim como fator de saúde do trabalho.
9. Valorizar salários e condições de trabalho dos profissionais da assistência social.
10. Realizar análise de impacto interseccional para avaliar como as políticas públicas afetam diferentes grupos de maneiras distintas, considerando as interações entre diferentes marcadores sociais de exclusão. Isso ajuda a identificar possíveis efeitos adversos e a adaptar as políticas para garantir resultados mais equitativos.
11. Incorporar metas e estratégias explícitas para promover a equidade e a inclusão em todas as etapas do ciclo de políticas públicas, desde o planejamento e implementação até o monitoramento e avaliação. Isso pode envolver a alocação de recursos específicos para grupos desfavorecidos, a implementação de ações afirmativas e a eliminação de barreiras estruturais à participação e acesso.
12. Estimular e fomentar os espaços já instituídos para o acerto dos fluxos de trabalho em rede.
13. Os servidores da ponta reivindicam mais poder de decisão local e o deslocamento de espaços de debate para territórios cada vez menores. Gestores se dividem em sua compreensão, alguns defendem a centralização do poder de decisão e outros reivindicam uma compreensão mais complexa desses processos decisórios, que depende do trabalho em rede, intersetorial e com matriciamento efetivo. As experiências mais citadas como casos exitosos são precisamente as que seguem estas diretrizes.

Sugestões para políticas públicas com base em evidências científicas e planejamento do diagnóstico e de estudos futuros



5.1 SUGESTÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS COM BASE EM EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS

1. Os registros administrativos públicos sobre crianças e adolescentes podem ser bons instrumentos para desvelar as desigualdades raciais presentes em Belo Horizonte. Para que esses dados sejam ainda de melhor qualidade, é essencial investir em capacitação e sensibilização dos profissionais envolvidos na coleta de dados raciais, bem como na conscientização e educação da população sobre a importância das mesmas. O registro e a qualidade dos dados de raça, classe, gênero, orientação sexual, e necessidades específicas devem ser aperfeiçoados em todas as bases de dados utilizadas pela Prefeitura.
2. As bases de dados utilizadas nas secretarias municipais da Prefeitura de Belo Horizonte são distintas e não comunicáveis entre elas. A análise de dados desagregados deve ser realizada de forma contínua. Coletar e analisar dados desagregados por múltiplas categorias de identidade, como raça/etnia, gênero, classe social, idade, orientação sexual e deficiência. Isso permite compreender as interseccionalidades e identificar grupos que enfrentam múltiplas formas de discriminação e exclusão. Os dados de cada secretaria apresentam faixas etárias diferentes. Há que se avaliar quais dados são necessários para os setores e quais podem ser usados como parâmetros gerais e unificados.

3. O CMDCA/BH pode criar uma Plataforma virtual com o cruzamento e comunicação de todos os dados, seguindo o princípio da interoperabilidade, tão destacada atualmente na Administração e Gestão Públicas, evitando analisar as informações de maneira separada. Secretarias usam critérios distintos e têm dados não compartilhados. A intersectorialidade poderia começar pelos dados. A Plataforma também divulgaria os trabalhos científicos das universidades e grupos de pesquisa que fizeram teses, dissertações e pesquisas de interesse para as políticas públicas.
4. Deve ocorrer uma ampla ação de informação e sensibilização junto aos gestores e servidores da ponta a respeito da realização do estudo periódico para mobilizá-los a fim de contribuírem no processo do diagnóstico.
5. É preciso lidar de maneira urgente com a ausência de dados sobre os conselhos tutelares. Atualmente a plataforma de dados federal está desatualizada e praticamente vazia, os conselhos tutelares não têm sistematizado seus atendimentos e não mantêm dados próprios, com algumas exceções e iniciativas pontuais, não uniformizadas, ou passíveis de checagem.
6. A contribuição de fato de um diagnóstico é que ele seja um processo permanente e incorporado às etapas de avaliação da política. Por isso, sugerimos que o estudo previsto a cada quatro anos conforme Regimento Interno do CMDCA/BH seja complementado com outros estudos menores realizados com periodicidade menor. O CMDCA/BH pode destinar um percentual dos recursos a um conjunto de estudos ao longo de cada ano. E o diagnóstico a cada quatro anos faria a compilação e poderia dialogar criticamente com esses dados.
7. Os estudos anuais devem ser apresentados e discutidos em espaços de encontros e de deliberações setoriais e intersectoriais.
8. Os planos intersectoriais para as soluções dos problemas diagnosticados podem seguir as deliberações setoriais e intersectoriais baseadas nos estudos diagnóstico-avaliativos anuais das políticas públicas.
9. O monitoramento dos planos de ação deve ser feito por ocasião da realização dos diagnósticos anuais e nos espaços de entrega, discussão e deliberação dos estudos.
10. Devem ser criados espaços, presenciais e virtuais, instrumentos e metodologias para a inclusão de crianças, adolescentes e suas famílias nos processos de realização de diagnóstico.
11. O CMDCA pode iniciar os trâmites de obtenção das cartas de anuência institucional nas secretarias municipais simultaneamente ao processo de seleção do grupo de pesquisa que realizará os estudos. Desse modo, no momento em que o termo de referência é assinado é possível iniciar de maneira imediata a tramitação junto aos comitês de ética relacionados ao estudo.
12. Os manuais dos comitês de ética municipais podem ser entregues aos pesquisadores contratados já no ato de assinatura do contrato para permitir uma organização dos processos junto à Prefeitura.
13. Há uma clara prevalência de mulheres na execução das políticas públicas de crianças e adolescentes em Belo Horizonte, da ponta à gestão. Este fator deve ser considerado em futuras pesquisas sobre o tema.

5.2 SUGESTÕES DE ESTUDOS COMPLEMENTARES AO DIAGNÓSTICO

Esperamos que o Diagnóstico possa fornecer uma visão panorâmica das políticas públicas com crianças e adolescentes na cidade de Belo Horizonte. Porém, uma questão que ficou clara ao longo de sua realização é que os processos de diagnóstico e monitoramento das políticas públicas têm que ser assumidos como permanentes e exigem diversas estratégias metodológicas e estudos complementares.

Por isso, fazemos algumas sugestões de estudos que seriam importantes para aprofundar pontos surgidos no Diagnóstico:

1. Estudo específico sobre as políticas públicas de saúde: como explicamos ao longo dos relatórios base, tivemos alguns obstáculos que impediram a aprovação a tempo do Comitê de Ética da Secretaria Municipal de Saúde que nos daria acesso a dados importantes que não puderam ser analisados neste Diagnóstico. Acreditamos que um edital para realização desta pesquisa antes mesmo do próximo diagnóstico é importante para complementar e comparar as conclusões que apresentamos aqui sobre saúde.
2. Estudo específico e monitoramento dos Conselhos Tutelares: os relatórios base registram problemas na obtenção dos dados quantitativos e qualitativos junto aos conselhos tutelares. Sugerimos um edital específico para realização de um estudo mais aprofundado que faça o levantamento, sobretudo dos dados quantitativos, de modo a matizá-los com as conclusões apresentadas neste estudo a respeito do funcionamento dos conselhos tutelares.
3. É preciso destacar que ao longo da pesquisa qualitativa do Diagnóstico o tema da inclusão de pessoas com deficiência apareceu de maneira esparsa e muito tímida. Por isso, sugerimos a ênfase nessa temática em estudos posteriores, capazes de perscrutar mais profundamente os motivos dessa ausência discursiva e das necessidades silenciadas e invisibilizadas de crianças e adolescentes nessa condição.
4. Outros temas que ficaram menos evidentes no Diagnóstico, cuja ausência se deu devido às limitações da amostragem utilizada pela pesquisa, são o do Trabalho Infante-Juvenil e o da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Sugerimos abrir edital para realização de pesquisas específicas sobre estes temas.
5. Sugerimos um estudo específico sobre gestão, com foco no orçamento das políticas públicas de crianças e adolescentes, para o qual apresentamos ao longo do Diagnóstico uma agenda mínima de pesquisa que aponta para as temáticas centrais que foram evidenciadas pelo estudo preliminar realizado pela equipe da Rede/UFMG. Nesta agenda propomos as seguintes questões: como aumentar a transparência dos gastos e das informações relacionadas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e ao Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) para torná-los mais acessíveis ao público em geral? Seria possível integrar as bases de dados da gestão para permitir uma visão mais ampla do orçamento em relação às políticas públicas de crianças e adolescentes? Os contratos das parcerias público-privadas têm escala para atender à demanda dos serviços públicos? Seria necessário uma avaliação mais profunda dos custos dessas parcerias para compará-las com a prestação direta de serviços? A pesquisa teria que avaliar ainda se existem recursos subutilizados no FMDCA e no OCA e se as instituições parceiras têm conseguido escala necessária para a execução efetiva referente a seus projetos.

6. Uma variável que não foi mencionada no Termo de Referência, mas que se mostrou importante ao longo do Diagnóstico, foi aquela do meio ambiente. É importante que se comece a olhar para uma política ambiental a partir da perspectiva de crianças e adolescentes. Assim, sugerimos um estudo específico sobre essa temática que possa estruturar uma agenda de pesquisa e de política pública na interconexão entre meio ambiente, infância e juventude.
7. Finalmente, uma questão que perpassou o estudo de todos os direitos e se apresentou como uma forma de violência é a falta de mobilidade urbana e de acesso ao transporte público. Sugerimos pesquisa específica sobre o tema a fim de permitir traçar uma agenda propositiva para uma política pública de mobilidade urbana de crianças e adolescentes.



REALIZAÇÃO:



Polos
DE CIDADANIA



FINANCIAMENTO:

